

**Grupo de Trabalho para a Revisão da Política Nacional de
Desenvolvimento Regional – GT1**

CC/PR-MI-MP-MF-IPEA

Agendas para o Desenvolvimento das Macrorregiões Norte, Nordeste e Centro – Oeste

SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2020-2023

Brasília, dezembro de 2018.

Agendas para o Desenvolvimento das Macrorregiões Norte, Nordeste e Centro – Oeste

APRESENTAÇÃO

A redução das desigualdades regionais, assim como o previsto pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º, requer que o tema seja tratado no âmbito de um projeto nacional de desenvolvimento, mediante o qual o potencial e a diversidade das regiões sejam aproveitados e dinamizados, promovendo-se, simultaneamente, a integração nacional e uma gradual convergência de renda entre regiões.

Para tanto, o Governo Federal tem realizado esforços substantivos, no sentido de reformular a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cuja finalidade é reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, a partir da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

Ao atuar na identificação e na melhoria do aproveitamento da diversidade social, cultural, econômica e ambiental das diversas regiões brasileiras, e na universalização do acesso aos serviços públicos essenciais, a PNDR tem como um de seus princípios a busca da *equidade*, que se traduz na redução das desigualdades espaciais de níveis de renda e de qualidade de vida, com a da *competitividade*, não apenas incidente nas regiões e sub-regiões diretamente beneficiadas, mas contribuindo para avanços na economia em escala nacional.

A implementação da PNDR, que opera em transversalidade tanto em seus objetivos como em seus eixos de intervenção, necessita do desenvolvimento de diálogos verticais e horizontais, baseados em confiança mútua e propósitos complementares. Esta transversalidade somente é passível de ser implementada a partir de ação coordenada, que promova a eficiência da intervenção governamental no território, ao fomentar a convergência entre políticas setoriais afins, e também auxilie a cooperação entre os entes federados.

Neste sentido, o Governo Federal tem promovido avanços significativos na adoção de medidas voltadas para o planejamento integrado ao elaborar a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Endes), concebida com o objetivo de orientar, articular e influenciar as discussões dos demais instrumentos do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado (planos nacionais, setoriais e regionais e o Plano Plurianual – PPA da União). Além disso, tem adotado a compatibilização das ações do PPA com a Agenda 2030, compromisso assumido pelo Brasil e mais 192 países no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), e que está estruturada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS). As metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) serão referência para fins de acompanhamento e monitoramento das políticas federais.

As agendas para o desenvolvimento das Macrorregiões Norte, Nordeste e Centro – Oeste, neste contexto, possuem papel basilar na identificação de apostas aceleradoras de processos de desenvolvimento regional em consonância com os objetivos e eixos setoriais de intervenção da PNDR. Elas são derivadas dos Planos Macrorregionais de Desenvolvimento, que estão sob a responsabilidade das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia; do Nordeste; e do Centro-Oeste. Mantêm interface, ainda, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Pretende-se que, ao se promover as agendas macrorregionais, haja uma compatibilização mais robusta entre os instrumentos de planejamento e os orçamentários em nível federal com os instrumentos de planejamento do desenvolvimento regional.

Cabe ressaltar que as agendas macrorregionais fornecerão subsídios importantes às estruturas de governança da PNDR: no nível horizontal, à Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, e ao seu Comitê Executivo; e no nível da cooperação federativa, constituindo a base para a celebração dos Pactos de Metas pelas Superintendências em parceria com as Unidades da Federação.

Dessa forma, o presente documento organiza duas propostas de agendas que auxiliem a inserção da pauta regional no processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023:

a. *Agenda Estratégica de Desenvolvimento Produtivo*, que visa coordenar esforços de políticas públicas em um período de 4 anos, mobilizando atuação conjunta em prol da visão de futuro da região e articulando ações e projetos em torno de uma aposta estratégica global para o desenvolvimento produtivo e econômico da região; e

b. *A Agenda de Convergência*, que está focada em políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento, consideradas essenciais para a equalização das desigualdades regionais, buscando a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intra regiões. Esta agenda, de resultados a mais longo prazo, é estabelecida em articulação com a agenda produtiva, dando sustentação ao processo de desenvolvimento regional.

As propostas de agendas foram construídas em um processo participativo no contexto do Grupo de Trabalho, criado em 2018 para a revisão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Coordenado pelo Ministério da Integração Nacional (MI), este GT conta com a participação da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), do Ministério da Fazenda (MF), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Superintendência do Desenvolvimento Centro-Oeste (Sudeco), dos Bancos de Fomento (BNB, Banco da Amazônia, BB e BNDES) e outros parceiros.

As proposições iniciais para as agendas partiram da definição de apostas que sinalizam as visões de futuro para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essas apostas foram elaboradas por Sudam, Sudene e Sudeco tendo como referência os Planos de Desenvolvimento Regional. As apostas foram aprimoradas em oficinas e seminários que contaram com a participação de outros parceiros institucionais. Neste sentido, as apostas estratégicas de desenvolvimento produtivo para a Região Norte é a “Integração e diversificação produtiva da biodiversidade, com agregação de valor” ; para o Nordeste, tem-se o “Fortalecimento das redes de cidades intermediárias como âncora para os sistemas inovativos e produtivos locais para sua área de influência” ; e, para o Centro-Oeste, a “Promoção da agregação de valor e diversificação econômica sustentável nas regiões com forte especialização em commodities, priorizando a atuação nas cidades médias e em suas áreas de influência” .

Os primeiros resultados deste processo são apresentados neste documento, como um marco inicial do diálogo que se almeja entre as agendas e o PPA 2020-2023. Pretende-se avançar no aprimoramento das agendas durante o ano de 2019, com a parceria dos diversos órgãos setoriais envolvidos nas temáticas aqui apresentadas, de modo a permitir seu detalhamento ao nível tático, considerando os instrumentos de planejamento federais.

SUMÁRIO

1.A que se destinam as agendas macrorregionais?	7
2.Uma contextualização: as desigualdades regionais	9
3.A segunda fase da PNDR.....	12
4.As Agendas para as Macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.....	18
4.1. A aposta estratégica de desenvolvimento produtivo para a Região Norte	18
4.1.1 A Região Amazônica e as perspectivas para o desenvolvimento	18
4.1.2 A agenda estratégica de desenvolvimento produtivo para o Norte (2019-2023)	21
4.2. A agenda estratégica de desenvolvimento produtivo para a Região Nordeste (2019-2023)	26
4.2.1 A necessária interiorização do desenvolvimento	26
4.2.2 A agenda estratégica de desenvolvimento produtivo para o Nordeste (2019-2023).....	27
4.3. A agenda estratégica de desenvolvimento produtivo para a Região Centro-Oeste	36
4.3.1 O Centro-Oeste e a dinâmica econômica recente	36
4.3.2 A aposta estratégica de desenvolvimento produtivo para o Centro-Oeste (2019-2023).....	38
4.4. Um panorama sobre as Agendas de Convergência em construção (2019-2023).....	44
Referências	51

Lista de Tabelas

	Página
Tabela 1 – Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar per capita selecionadas e valor de 50% da mediana do rendimento domiciliar per capita no nível geográfico, segundo as Grandes Regiões, 2016.....	11
Tabela 2 – Dados básicos dos municípios-polo das regiões geográficas intermediárias.....	28

Lista de Figuras

	Página
Figura 1 – Relação entre a PNDR e a Agenda 2030.....	8
Figura 2 – Área de abrangência da Sudam.....	18
Figura 3 – Aposta Estratégica da Macrorregião Norte (2019-2023)	21
Figura 4 – As regiões geográficas e seus municípios-polos.....	29
Figura 5 – Aposta Estratégica da Macrorregião Nordeste (2019-2023)	29
Figura 6 – Produção de soja (em grão), com destaque para os 10 principais municípios produtores – Brasil – 2015.....	37
Figura 7 – Aposta Estratégica da Macrorregião Centro-Oeste (2019-2023)	39

Lista de Quadros

	Página
Quadro 1 – Participação no PIB e na População do Brasil, razão entre essas participações e respectivas diferenças, segundo as Grandes Regiões.....	9
Quadro 2 – Média de rendimento per capita, por Unidade da Federação e Brasil, 2017.....	10
Quadro 3 – Agenda de Convergência - Desenvolvimento Social/Qualidade de Vida.....	47
Quadro 4 – Agenda de Convergência - Desenvolvimento Econômico / Competitividade.....	48

Agendas para o Desenvolvimento das Macrorregiões Norte, Nordeste e Centro – Oeste

1. A QUE SE DESTINAM AS AGENDAS MACRORREGIONAIS?

A proposta de elaboração das agendas macrorregionais foi desenvolvida no contexto das discussões do Grupo de Trabalho (GT) criado em 2018 para a revisão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Coordenado pelo Ministério da Integração Nacional (MI), este GT conta com a participação da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), do Ministério da Fazenda (MF), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Nordeste (Sudene) e Centro Oeste (Sudeco), dos Bancos de Fomento (BNB, Banco da Amazônia, BB e BNDES¹) e outros parceiros, e foi o responsável pela proposição do novo marco legal para a segunda fase da PNDR.

























A revisão dos instrumentos de planejamento regional trouxe a necessidade de, partindo dos Planos Regionais de Desenvolvimento elaborados para as Macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (PRDA/PRDNE/PRDCO), construir agendas que serão a base para a articulação de políticas públicas setoriais que contribuam para o desenvolvimento regional e auxiliem na inserção da agenda regional no processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023.

A implementação da PNDR, que opera em transversalidade tanto em seus objetivos como em seus eixos de intervenção, necessita do desenvolvimento de diálogos verticais e horizontais, baseados em confiança mútua e propósitos convergentes e complementares. Esta transversalidade somente é passível de ser implementada pela atuação coordenada que promova a eficiência da intervenção governamental no território, ao fomentar a convergência e a sinergia de atuação entre os órgãos setoriais com políticas afins, e também auxilie a cooperação entre os entes federados, nos seus eixos de intervenção.

Neste sentido, as agendas macrorregionais possuem papel basilar no desenvolvimento de ações necessárias à redução das desigualdades, pois buscam identificar ações estruturantes que possam acelerar processos de desenvolvimento regional em consonância com os objetivos e eixos da PNDR, com os Planos Macrorregionais de Desenvolvimento, sob a responsabilidade das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia; do Nordeste; e do Centro-Oeste, e também com a Agenda 2030, compromisso assumido pelo Brasil e mais 192 países no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) estruturada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) (Figura 1).

1 Respectivamente, Banco do Nordeste do Brasil; Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Figura 1 - Relação entre a PNDR e a Agenda 2030.

Objetivos PNDR	ODS	Eixos Prioritários PNDR
Convergência	       	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Educação e qualificação profissional ✓ Desenvolvimento social e acesso a serviços públicos ✓ Fortalecimento das capacidades governativas dos entes subnacionais
Rede de Cidades Médias	     	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Infraestrutura urbana e econômica ✓ Desenvolvimento produtivo ✓ Ciência, tecnologia e inovação
Competitividade de cadeias produtivas regionais	    	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Infraestrutura econômica ✓ Desenvolvimento produtivo ✓ Ciência, tecnologia e inovação
Diversificação produtiva em áreas de commodities	    	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Infraestrutura econômica ✓ Desenvolvimento produtivo ✓ Ciência, tecnologia e inovação

Fonte: MP, 2018.

O governo federal tem adotado a compatibilização das ações do PPA com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para fins de acompanhamento e monitoramento das políticas federais. Pretende-se que, ao promover as agendas macrorregionais, haja uma compatibilização mais robusta entre os instrumentos de planejamento e orçamentários do governo federal com os instrumentos de planejamento do desenvolvimento regional.

As agendas macrorregionais fornecerão subsídios importantes às estruturas de governança da PNDR: no nível horizontal, à Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, e ao seu Comitê Executivo; e no nível de cooperação federativa, constituindo a base para a celebração dos Pactos de Metas pelas Superintendências em parceria com as Unidades da Federação.

Desta forma, as agendas foram concebidas em dois formatos distintos:

- a. A **Agenda Estratégica de Desenvolvimento Produtivo** visa coordenar esforços de políticas públicas em um período de 4 anos, mobilizando atuação conjunta em prol da visão de futuro da região e articulando ações e projetos em torno de uma aposta estratégica global para o desenvolvimento produtivo e econômico da região; e
- b. A **Agenda de Convergência** está focada em políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento, consideradas essenciais para a equalização das desigualdades regionais, buscando a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intra regiões. Esta agenda, de resultados a mais longo prazo, é estabelecida em articulação com a agenda produtiva, dando sustentação ao processo de desenvolvimento regional.

As propostas de agendas foram construídas em um processo participativo no contexto do Grupo de Trabalho citado, a partir de proposições iniciais elaboradas pelas Superintendências Regionais com base nos seus Planos de Desenvolvimento Regional e aprimoradas com a realização de oficinas e seminários que buscaram ampliar sua discussão. Os primeiros resultados deste processo resultam em subsídios preliminares à formação das agendas estratégica e de convergência que serão apresentados no item 4. É importante ressaltar que o presente documento temático é um primeiro marco no diálogo entre as agendas e o PPA 2020-2023, que será desenvolvido a partir de uma interação de diversos atores, como as superintendências de desenvolvimento regional, os órgãos setoriais dos executivos federal, estaduais e outros atores locais e parceiros internacionais. Inicialmente, será feita uma breve contextualização que explica a inserção destas agendas.

2. UMA CONTEXTUALIZAÇÃO: AS DESIGUALDADES REGIONAIS

A Constituição Federal de 1988 determina a redução das desigualdades regionais como um de seus objetivos fundamentais (Art. 3º), fato esse que se consolida na eleição dessa temática com um dos eixos transversais previstos na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES), 2018.

O caso brasileiro se reveste de complexidade, visto que, na questão regional, ainda se vive uma situação crítica, na qual a região Nordeste concentra cerca de 28% da população brasileira, mas responde há décadas por cerca de 14% do Produto Interno Bruto (PIB), e o Norte, com 5,4% do PIB possui 8,6% da população nacional, com poucas variações ao longo do tempo, de acordo com o Sistema de Contas Regionais (IBGE, 2018), como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Participação no PIB e na População do Brasil, razão entre essas participações e respectivas diferenças, segundo as Grandes Regiões.

Grandes regiões	Participação no PIB do Brasil (%)		Participação na população do Brasil (%)		Razão entre a participação no PIB e participação na População do Brasil		Diferença das participações na População do Brasil 2002/2016	Diferença das participações no PIB do Brasil 2002/2016	Diferença das razões entre as participações no PIB e na população do Brasil 2002/2016
	2002	2016	2002	2016	2002	2016			
Norte	4,7	5,4	7,8	8,6	0,6	0,6	0,8	0,7	0
Nordeste	13,1	14,3	27,9	27,6	0,5	0,5	-0,3	1,2	0,1
Sudeste	57,4	53,2	42,6	41,9	1,3	1,3	-0,7	-4,2	-0,1
Sul	16,2	17	14,7	14,3	1,1	1,2	-0,4	0,8	0,1
Centro-Oeste	8,6	10,1	7,0	7,6	1,2	1,3	0,6	1,5	0,1
Centro-Oeste, exceto DF	5	6,3	5,7	6,2	0,9	1	0,4	1,4	0,2

IBGE, em parceria com Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias estaduais de governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Fonte: IBGE, 2018. *Sistema de Contas Nacional: Brasil 2016*.

Com relação à renda das famílias, percebe-se que, segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2017), o rendimento domiciliar *per capita* também ressalta os desequilíbrios macrorregionais: os estados das macrorregiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste se aproximam mais da média nacional, enquanto que há estados do Norte e do Nordeste que aferem cerca de 50% do valor da média nacional para a renda mensal de suas famílias, conforme a Quadro 2.

Quadro 2 – Média de rendimento per capita, por Unidade da Federação e Brasil, 2017.

UF e Brasil	Média Rendimento per capita (R\$)	UF e Brasil	Média Rendimento per capita (R\$)
Brasil	1.268	Alagoas	658
Rondônia	957	Sergipe	834
Acre	769	Bahia	862
Amazonas	850	Minas Gerais	1.224
Roraima	1.006	Espírito Santo	1.205
Pará	715	Rio de Janeiro	1.445
Amapá	936	São Paulo	1.712
Tocantins	937	Paraná	1.472
Maranhão	597	Santa Catarina	1.597
Piauí	750	Rio Grande do Sul	1.635
Ceará	824	Mato Grosso do Sul	1.291
Rio Grande do Norte	845	Mato Grosso	1.247
Paraíba	928	Goiás	1.277
Pernambuco	852	Distrito Federal	2.548

Fonte: IBGE, 2018. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

Já com relação à pobreza extrema, a pesquisa Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2017) indica que Norte e Nordeste ainda apresentam o maior percentual da população brasileira nessa situação, vivendo com até R\$ 85,00 *per capita* mensais: 7,9% e 6,2%, respectivamente. A publicação traz ainda o quantitativo de pessoas com renda ou consumo abaixo de 50% da mediana nacional, proposto como um dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, para medir o nível de desigualdade. A população abaixo de 50,0% da mediana do rendimento domiciliar per capita representava 49,4% do total no Nordeste, em 2016, com uma linha calculada para o total do País, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar per capita selecionadas e valor de 50% da mediana do rendimento domiciliar per capita no nível geográfico, segundo as Grandes Regiões, 2016.

Grandes Regiões	Pessoas residentes em domicílios particulares					
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> selecionadas (%)				
		Até ¼ de salário mínimo (R\$ 220)	Mais de ¼ a ½ salário mínimo (R\$ 440)	Até R\$85	Mais de R\$85 a R\$170	Até US\$ 1,9 PPC 2011 (1)
Brasil	205 386	12,1	17,8	4,2	4,3	6,5
Norte	17 420	22,7	26,0	6,2	9,6	11,2
Nordeste	56 733	23,1	25,9	7,9	8,8	12,9
Sudeste	86 305	6,3	13,5	2,6	1,6	3,3
Sul	29 393	4,7	10,9	1,8	1,3	2,4
Centro-Oeste	15 534	6,0	15,2	2,2	1,8	2,9

Grandes Regiões	Pessoas residentes em domicílios particulares				
	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> selecionadas(%)				Valor de 50% da mediana no rendimento domiciliar <i>per capita</i> no nível geográfico (2)
	Até US\$ 3,1 PPC 2011 (1)	Até US\$ 5,5 PPC 2011 (1)	até 50% mediana nacional (2)	até 50% mediana regional (2)	
Brasil	11,9	25,4	30,1	..	443,51
Norte	22,7	43,1	49,1	32,4	296,39
Nordeste	22,9	43,5	49,4	31,1	285,15
Sudeste	6,1	15,9	19,9	25,4	511,26
Sul	4,8	12,3	16,0	22,5	553,78
Centro-Oeste	5,7	17,0	21,4	24,1	469,29

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2017.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas. 2. Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico. (1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC 2011) para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00, inflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA para anos recentes. (2) Mediana calculada no nível do domicílio, à exclusão dos domicílios com pessoas sem rendimento ou sem declaração de rendimentos

Mas as desigualdades regionais no Brasil não se revelam apenas na escala macrorregional. Mesmo no âmbito do Norte e do Nordeste, registram-se desigualdades intrarregionais substantivas. Ao se observar os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2017, por exemplo, que mede a qualidade do ensino básico, verifica-se que o estado de Alagoas possui média de 4,9 pontos, enquanto também possui a escola com melhor desempenho nacional, situada no município de Coruripe, que alcançou um IDEB de 9,9. O menor índice verificado para o estado se deu em Japaratinga, cujo IDEB foi de 3,1. Essas desigualdades são verificadas, também, em outros setores e por todo o País. Em locais como o Vale do Ribeira, em São Paulo, em partes da Metade Sul do Rio Grande do Sul, no norte de

Minas Gerais, em vastas regiões na Faixa de Fronteira e em inúmeras outras sub-regiões brasileiras, os indicadores socioeconômicos encontram-se significativamente abaixo da média nacional por qualquer critério considerado.

Esses enormes desequilíbrios regionais têm inúmeras consequências para a economia e para a sociedade brasileira, entre as quais podem ser destacadas as três mais importantes:

- O destino de muitos cidadãos brasileiros é determinado por seu local de nascimento. Aqueles que nascem nas regiões menos dinâmicas terão suas chances de crescimento pessoal e profissional profundamente limitadas em razão do baixo acesso à educação, à saúde, ao emprego de qualidade e a toda uma gama de serviços e oportunidades;
- A desigualdade induz uma movimentação populacional em direção aos espaços mais dinâmicos, agravando o fenômeno da megametropolização com todas as suas consequências de favelização, pobreza e violência bastante conhecidas; e
- O Brasil deixa de aproveitar grande parte de seu potencial produtivo, que poderia contribuir para uma maior competitividade do País, gerando emprego, renda e bem-estar, integrando produtivamente as áreas periféricas nacionais.

Nota-se que a diminuição das desigualdades regionais não pode ser tratada de maneira isolada, como uma política meramente setorial, pois são múltiplas as causas e impactos da desigualdade.

3.A SEGUNDA FASE DA PNDR

A importância da construção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) requer que o tema seja tratado no âmbito de um projeto nacional de desenvolvimento, mediante o qual o potencial e a diversidade das regiões sejam aproveitados e dinamizados, promovendo-se, simultaneamente, a integração nacional e uma gradual convergência de renda entre regiões (ALVES et al., 2014).

Trata-se de uma política transversal por natureza, possuindo o duplo desafio de responder às demandas de seu objeto – dinamizar territórios, com o recurso de instrumentos próprios e específicos, como também ser o fio condutor estratégico da coordenação das diferentes políticas setoriais naqueles territórios.

Ao atuar na identificação e na melhoria do aproveitamento da diversidade social, cultural, econômica e ambiental das diversas regiões brasileiras, e na universalização do acesso aos serviços públicos essenciais, a Política combina a busca da equidade, que se traduz na redução das desigualdades espaciais de níveis de renda e de vida, com a da competitividade, não apenas das regiões e sub-regiões diretamente beneficiadas, mas da economia brasileira como um todo, tornando-a mais robusta e eficiente para ocupar seu espaço na economia global (Brasil, 2012).

A valorização do local, contudo, não pode ser confundida com localismo. Soluções localistas isoladas não só não têm porte para alterar a dinâmica regional, como embutem o risco de reforçar a fragmentação. A PNDR precisa ser fundamentalmente uma política sistêmica, o que supõe uma abordagem em múltiplas escalas. Os problemas e desafios a serem enfrentados possuem espacialidades variadas, exigindo respostas por meio da construção articulada de agendas de desenvolvimento, com a participação de diferentes entes federados e da sociedade

civil, presididas por uma agenda nacional. Assim, ela deve ser acima de tudo uma Política Nacional, capaz de articular e dar nexos e consistência às iniciativas territoriais e regionais, garantindo a integração nacional.

Para atingir seu fim último de reduzir as desigualdades, a PNDR em sua segunda fase busca o alcance de quatro objetivos prioritários, explicitados a seguir:

I) Promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intra regiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos;

A convergência é considerada objetivo maior da PNDR, pois que se propõe a reduzir as diferenças no nível de desenvolvimento e na qualidade de vida entre e nas regiões brasileiras, mediante a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, fortalecendo-se a coesão econômica, social, política e territorial do País. Considera-se que o movimento de convergência necessário à consecução desse objetivo implica que:

- As economias dos espaços menos desenvolvidos cresçam sistematicamente acima da média nacional, de forma que a grande diferença que separa os indicadores de desenvolvimento - inter e intrarregiões - seja reduzido. Isto pressupõe o reconhecimento da necessidade de tratamento diferenciado no que se refere à distribuição dos recursos federais e estaduais, baseado na solidariedade regional, um dos princípios fundamentais do federalismo cooperativo brasileiro;
- Se assegure equidade no acesso aos serviços, aos equipamentos públicos e ao conhecimento, de forma que as desigualdades de qualidade de vida e de oportunidades para as pessoas em razão de seu lugar de nascimento e/ou moradia sejam minimizadas, por meio da universalização do acesso aos serviços essenciais com qualidade, nomeadamente os de educação, saúde, energia, água, saneamento básico e informação;
- Se explicito o modelo de desenvolvimento desejado, que se espera seja participativo, inclusivo, inteligente e sustentável, voltado para as pessoas, que crie oportunidades para todos, reduzindo a pobreza e desconcentrando a renda, promovendo permanente transformação nas estruturas produtivas a partir da crescente incorporação de conhecimento e inovação, utilizando racionalmente os recursos disponíveis, de forma a otimizar seu uso no presente sem comprometer os direitos das gerações futuras; e
- A coesão territorial seja reconhecida como parte essencial da coesão econômica, social e política da nação, não apenas no que tange à inclusão dos territórios e suas populações no acesso aos frutos do desenvolvimento, mas no reconhecimento das potencialidades e na valorização das capacidades produtiva e criativa de cada território, de seu patrimônio natural e cultural, da diversidade local e regional como riqueza e importante vantagem competitiva para o País (BRASIL, 2012).

II) Consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional e do País, considerando as especificidades de cada região;

Esse objetivo busca a consolidação de uma rede de cidades mais equilibrada, com maior harmonia entre os diferentes níveis hierárquicos, mediante a identificação e fortalecimento de centralidades, em diferentes escalas, operando como vértices ou elos de uma rede policêntrica em apoio à desconcentração e interiorização do desenvolvimento, promovendo-se uma organização territorial mais equilibrada.

A rede de cidades do Brasil atual é heterogênea, com aspectos de fragmentação e desarticulação nas porções Norte, Nordeste e Centro-Oeste e polarização no Centro-Sul, o que torna a coesão territorial do País e o esforço de reduzir as desigualdades regionais um processo complexo, esforço verificado desde a década de 1950 com a implantação das políticas desenvolvimentistas. Tal configuração foi construída a partir do final do século XIX e reflete os desequilíbrios dos processos de estruturação produtiva, industrialização, urbanização e mobilidade populacional, que promovem reflexos na escala intraurbana, contribuindo para a consolidação de cidades superpopulosas, de ampliada expansão periférica e incapazes de absorver os crescentes fluxos populacionais.

A leitura do território nacional na atualidade a partir de sua rede de cidades pode ser descrita pela dinâmica populacional e econômica bastante concentrada nas capitais e porção litorânea. Contudo, verificam-se também importantes diferenças inter e intrarregionais nos espaços mais periféricos:

- Nas regiões Sul e Sudeste consolida-se uma rede de cidades relativamente integrada, com peso crescente de cidades médias, que já apresentam sinais de grande adensamento populacional acarretando a pressão sobre serviços e infraestruturas, como ocorre na macrometrópole paulista;
- No Nordeste, mais densamente povoado, evidencia-se uma concentração populacional urbana nas capitais e em sua faixa litorânea, e da população rural, sobretudo, em sua área semiárida. Bahia, Pernambuco e Ceará revelam maior interiorização de sua economia e população, com a presença de algumas cidades importantes. Nos demais estados é muito maior a concentração nas capitais, com baixíssima atividade no interior;
- Nas regiões de expansão da fronteira agrícola e mineral, no Centro-Oeste e no Norte, verifica-se a emergência de alguns centros urbanos médios no interior acompanhando as áreas mais dinâmicas. Na região Amazônica, as enormes distâncias, baixíssima ocupação e o isolamento imposto pelo bioma, dão origem a uma rede urbana muito específica, com alguns bolsões urbano-industriais, onde o principal elemento de organização do espaço é a oferta urbano-regional de serviços, especialmente de transporte.

Com base nesse contexto, a proposta da PNDR remete a um grande estudo encomendado pelo Ministério do Planejamento (MP), publicado em 2008, intitulado Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento. Com base em uma estratégia de desconcentração e desenvolvimento mais equilibrado, o estudo propõe “a construção de um Brasil Policêntrico”, mediante a identificação dos principais macropolos e subpolos da rede urbana brasileira, além de eleger potenciais novos macropolos e subpolos que, se induzidos por políticas adequadas,

poderiam vir a constituir, juntamente com os polos já consolidados, “vértices de uma rede policêntrica de cidades, estrutural para a nova organização territorial pretendida” (BRASIL, 2012).

Uma rede de cidades policêntrica não atenderia apenas à dimensão urbana do desenvolvimento, mas também à dimensão rural, visto que se deve considerar o papel que os pequenos núcleos ou municípios rurais e as porções ruralizadas das cidades desempenham em suas relações com as cidades médias e com as metrópoles na rede, considerando que a dimensão do rural incorpora não apenas áreas dispersas, mas concentrações urbanas que se explicam por sua forte relação com os recursos naturais.

Além disso, segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), cerca de 70% das cidades brasileiras possuem menos de 20 mil habitantes, e em parte importante delas o rural e urbano se confundem do ponto de vista econômico, cultural, social e ambiental, colocando-se a necessidade de se rever conceitos e estatísticas, abandonando-se uma visão dicotômica entre o rural e o urbano. Uma rede de cidades mais equilibrada e melhor distribuída no território significa, também, mais acesso da população rural aos serviços e equipamentos públicos e mais oportunidades de renda, contribuindo para a melhoria de suas condições de vida e sua permanência no campo (BRASIL, 2012).

Para alcançar o objetivo proposto, as iniciativas devem estar voltadas para a indução e fortalecimento de novas centralidades, em consonância com as estratégias da política regional, a partir da provisão de infraestruturas de conexão, estruturação de sistemas produtivos e inovativos locais e regionais, bem como a garantia a serviços de qualidade. Devem igualmente favorecer a integração e complementaridade intra e entre as diversas sub-redes, estimulando o transbordamento do dinamismo para as suas áreas de influência.

III) *Estimular ganhos de produtividade e aumentos da competitividade regional, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração;*

Este objetivo remete à promoção da competitividade em espaços que têm apresentado declínio populacional e elevadas taxas de emigração decorrentes de sua baixa capacidade de geração de oportunidades de emprego e renda e oferta de serviços, a exemplo de porções da região Sul, mas mira também para porções do Nordeste com histórico de exclusão e estrutura produtiva e oferta de serviços bastante precária.

No caso do Sul, nas últimas décadas, diversos espaços perderam dinamismo em razão de transformações tecnológicas e de reestruturação produtiva na agropecuária e na indústria, somando-se a estes os espaços historicamente deprimidos, como a metade sul do Rio Grande do Sul. Este movimento se tem traduzido no esvaziamento populacional desses espaços em oposição a outros, principalmente na nova fronteira agrícola, que se adensam fortemente, agravando e gerando novas e importantes desigualdades intrarregionais.

São necessárias, portanto, políticas de reestruturação, diversificação e integração econômica, com foco em atividades inovadoras e portadoras de futuro, com grande potencial de incorporação de micro, pequenos e médios empreendimentos agrícolas, industriais e de serviços, no sentido de recuperar o dinamismo e a capacidade de retenção de população, contribuindo para o aumento da competitividade e para o desenvolvimento mais equilibrado da região.

Em alguns espaços do Nordeste, apesar da redução da histórica migração em direção ao Sudeste, em decorrência da desconcentração industrial e das políticas sociais nas últimas décadas, algumas microrregiões continuam registrando incipiente capacidade de retenção de sua população, especialmente na Bahia, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, e nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Minas Gerais.

Tratam-se, em geral, de espaços com importante histórico de exclusão, com estrutura produtiva e de oferta de serviços bastante precárias. A ativação das economias locais a partir da exploração de seu potencial de forma inovadora e criativa, juntamente com a ampliação e melhoria na qualidade da oferta de serviços e uma melhor estruturação da rede de cidades, devem orientar a política nestes espaços.

IV) Fomentar agregação de valor e diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observando critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais;

Apesar de tratar de espaços que, em geral, vem apresentando elevado dinamismo em decorrência da grande competitividade brasileira no segmento, e das condições favoráveis no mercado internacional para estes produtos, este objetivo compreende que sua excessiva especialização tende a comprometer a sustentabilidade de seus processos de desenvolvimento.

Estariam contemplados nesse objetivo grandes territórios na região Centro-Oeste, e nas novas áreas de expansão da fronteira agrícola no Norte e no Nordeste, que têm atualmente sua dinâmica fortemente associada à produção e exportação de commodities, como a região que envolve Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Matopiba). Segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2006), cerca de 90% das exportações do Centro-Oeste corresponde a alimentos e produtos minerais com baixíssimo grau de processamento, sendo 66,3% apenas dos complexos de soja e carnes.

Diversas sub-regiões na região Norte, no Centro-Oeste e no Norte de Minas, têm suas economias bastante dependentes de grandes empreendimentos minerais, em geral com limitado espraiamento de dinamismo no seu entorno. Em geral, os produtos da pauta de exportação dessas regiões caracterizam-se pela baixa agregação de valor, e mercados dominados por oligopsônios, com preços sujeitos a fortes oscilações, baseados em modelos de produção socialmente pouco inclusivos e que, em geral, embutem elevados riscos e passivos ambientais.

O Brasil construiu nas últimas décadas uma importante capacidade competitiva no agronegócio, com investimentos em tecnologia e acúmulo de competência empreendedora, criando condições para assumir um papel estratégico de liderança na produção mundial de alimentos. Trata-se de uma base a partir da qual se pode avançar promovendo-se mudanças estruturais em direção a um modelo mais intensivo em conhecimento, ambientalmente sustentável e socialmente inclusivo.

De um lado, pode-se avançar cada vez mais na diferenciação de produtos, na utilização de processos sustentáveis, na incorporação de conhecimento e, conseqüentemente, na agregação de valor; explorando-se localmente tanto as oportunidades que se abrem a montante das cadeias do agronegócio, como o de desenvolvimento da indústria de máquinas e

equipamentos e toda uma gama de insumos tradicionais e inovadores no campo da biotecnologia, de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e outras, como a jusante, onde se abrem grandes oportunidades para empresas inovadoras de todos os portes focadas na diferenciação de produtos e serviços complementares (BRASIL, 2012). De outro lado, investindo na diversificação produtiva de forma a reduzir a vulnerabilidade das economias locais e induzir arranjos produtivos socialmente mais inclusivos, com forte participação da agricultura familiar e de micro, pequenas e médias empresas inovadoras industriais e de serviços (BRASIL, 2012).

Com a descrição dos objetivos da PNDR, nota-se que as intervenções pretendidas pela Política em seus objetivos abarcam os seguintes temas, que foram então constituídos como eixos setoriais de intervenção:

- I - desenvolvimento produtivo;
- II - ciência, tecnologia e inovação;
- III - educação e qualificação profissional;
- IV - infraestruturas econômica e urbana;
- V - desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais;
- VI - fortalecimento das capacidades governativas dos entes subnacionais

Percebe-se que sua atuação não pode ser compreendida de forma unidimensional: ela reconhece as desigualdades regionais em múltiplas escalas de intervenção e orienta políticas e programas que promovam o desenvolvimento territorial. Assim, exige-se que seus instrumentos estejam adequados ao trabalho multiescalar e facilitem a cooperação federativa e a coordenação horizontal do governo federal para sua efetiva implementação.

A PNDR, portanto, se fundamenta na mobilização planejada e articulada das ações federal, estaduais e municipais, pública e privada, por meio das quais programas e investimentos da União, associados a programas e investimentos dos entes federativos subnacionais, estimulem e apoiem processos de desenvolvimento. Para tanto, a PNDR tem ao seu dispor uma gama de instrumentos: os planos macrorregionais e sub-regionais de desenvolvimento, os pactos de metas com governos estaduais e as carteiras de projetos prioritários.

Dentre os instrumentos mencionados, os planos macrorregionais de desenvolvimento serão elaborados pelas Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste, em articulação com os governos estaduais de sua área de abrangência, e devem guardar consonância com a PNDR, com as orientações emanadas da Câmara de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e com os atributos dos Planos Plurianuais Federal e Estaduais. Assim, busca-se a promover a atuação concertada entre os entes federais, expressa nas agendas estratégicas de desenvolvimento produtivo e nas agendas de convergência propostas neste documento.

4. AS AGENDAS PARA AS MACRORREGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE

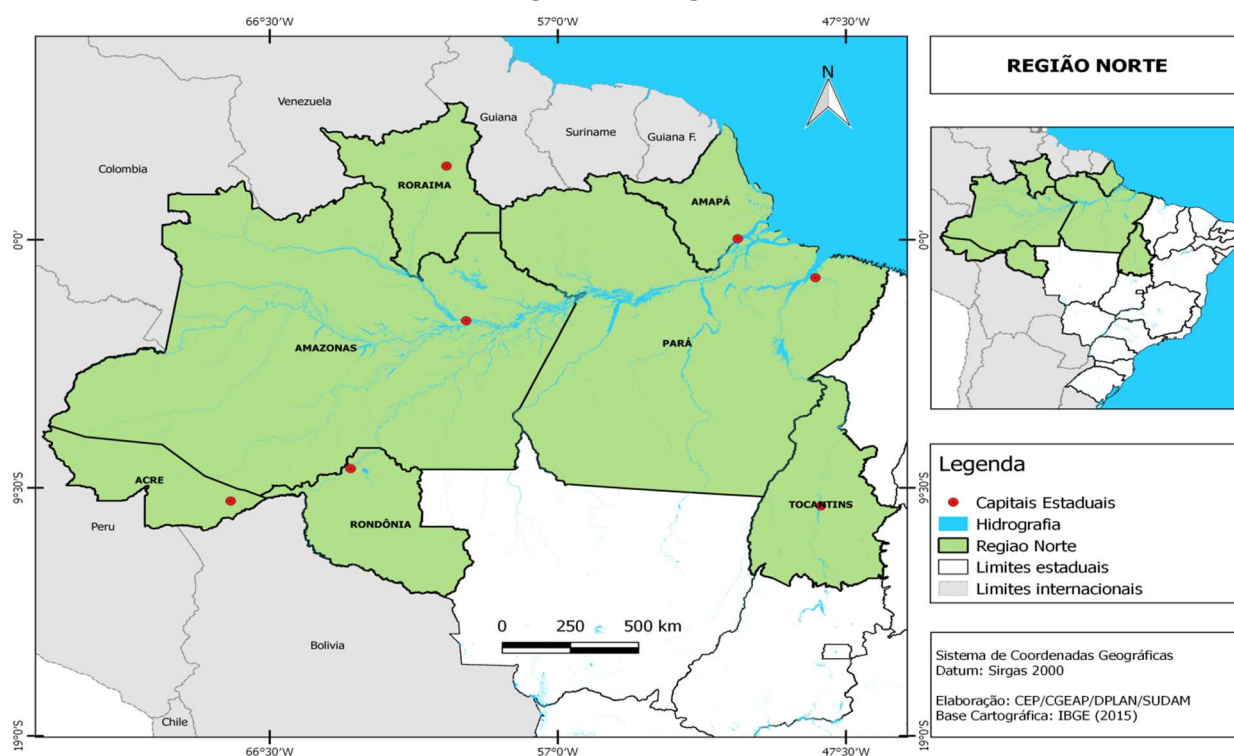
Os primeiros resultados deste processo resultam em subsídios preliminares à formação das agendas estratégica e de convergência e são apresentados a seguir.

4.1. A APOSTA ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO PARA A REGIÃO NORTE

4.1.1 A REGIÃO AMAZÔNICA E AS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO

O Brasil detém uma das maiores reservas naturais do mundo e boa parte dela está concentrada na Amazônia. O bioma da Amazônia é dominado pela floresta amazônica, considerada a maior floresta tropical remanescente do mundo, representando algo entre 40% e 50% das florestas tropicais do planeta. Sua extensão territorial vai além das fronteiras brasileiras, abrangendo a Bolívia, a Colômbia, o Equador, a Guiana, a Guiana Francesa, o Peru, o Suriname e a Venezuela, denominada Pan-Amazônia. No Brasil, corresponde a uma área de cerca de 3,7 milhões de km², envolvendo os estados da região Norte (Acre, Amapá, do Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) além do Maranhão e do Mato Grosso. Além da floresta propriamente dita, o bioma amazônico detém uma grande variedade de ecossistemas e contém uma biodiversidade ainda pouco conhecida do ponto de vista científico (Figura 2).

Figura 2 – Região Norte



Fonte: Sudam, 2018

A Região Norte do Brasil, segundo dados do IBGE (2018), detém uma população estimada de 18,2 milhões de pessoas distribuída nos mais de 3,8 milhões de km² (45,32% do território nacional) cuja densidade demográfica é de 4,79 hab/km². A economia regional, centrada principalmente no setor primário, é caracterizada pelo baixo valor agregado de sua produção,

decorrente de limitações no encadeamento produtivo e na verticalização de suas cadeias produtivas, e pela reduzida internalização da renda gerada (PDIAL, 2015 apud Sudam, 2018).

Segundo o Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento da Amazônia Legal (CGEE, 2013 p. 9 in: Sudam, 2018), um cenário alternativo e desejado para a região “requer uma interação sistêmica entre atores e instituições e o alcance de uma combinação harmônica entre objetivos de crescimento, inovação, competitividade, equidade e sustentabilidade”. O Plano afirma que tecnologias e inovações promissoras que se utilizam de substâncias e materiais obtidos no bioma amazônico, têm grandes chances de abrir novas perspectivas de ocupação produtiva e possibilidades de promover a inclusão social e conservação ambiental. Pinheiro e Costa (2016) in: Sudam (2018) também entendem que o desenvolvimento com base nos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento endógeno vem ganhando espaço nas últimas décadas. Para os autores, esses conceitos enfatizam a “valorização dos recursos existentes no território”, tanto no âmbito econômico, humanos, institucionais e culturais.

Depreende-se, assim, que a biodiversidade regional desponta como um elemento indutor do desenvolvimento regional, dadas suas potencialidades tangíveis e intangíveis que despertam interesses nos variados ramos da economia e da ciência. Conforme a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, entende-se por diversidade biológica (ou biodiversidade)

(...) a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (MMA, 2000, p. 9 in: Sudam, 2018).

Com base nessa definição, Roma (2014) in: Sudam (2018) afirma que “a biodiversidade é sinônimo não apenas de vida, mas de complexas relações que tornam viável a própria existência de vida no planeta terra”. Segundo o autor, “os humanos também são parte importante da biodiversidade planetária”.

Nesse sentido, a agenda de desenvolvimento proposta para a Região Norte busca, mediante a ampliação do conhecimento científico e tecnológico de seu patrimônio natural e de grande valor estratégico - a biodiversidade, vencer o desafio da utilização econômica dos ecossistemas florestais, de forma sustentável, e com possibilidade de gerar riquezas e promover a inclusão social. Trata-se de desenvolver e utilizar um novo modo de produzir baseado em CT&I, orientado para o futuro, mediante ampla aliança entre as universidades/centros de Pesquisa e as empresas, bem definidas suas missões: as primeiras como geradores de conhecimento, de reflexão e formadores de competências, e as segundas como *locus* da inovação.

Para isso, deve-se considerar algumas questões que atuam como fatores condicionantes ao alcance da estratégia, tais como: centralidade das ações nas cidades intermédias, considerando-se estas como aquelas cidades polo de maior desenvolvimento, com poder de atrair e espriar negócios às cidades circunvizinhas. As cidades intermédias são entendidas como espaços de relações entre cidades e entre cidades e regiões estruturadas em nós e fluxos, caracterizando-se como ponto de encontro e passagem obrigatória. Trata-se de um olhar que valoriza aspectos qualitativos e reticulares, ou seja, a função que a cidade cumpre na estruturação do território, pois é através dela que produção, circulação e consumo se realizam

efetivamente. Nesse contexto, as cidades intermédias na Amazônia não podem ser definidas pelos esquemas clássicos de cidades médias que levam em consideração aspectos quantitativos, relacionados diretamente à dimensão demográfica associada com uma lógica funcional.

Na Amazônia, as cidades sempre foram a base logística para o controle estratégico do território e para a exploração econômica da região. Hoje cabe às cidades antecipar o novo padrão de desenvolvimento regional baseado na combinação do uso não predatório do patrimônio natural com serviços tecnologicamente avançados nelas sediados para conexão intrarregional e internacional (CGEE, 2009 in: Sudam, 2018).

Considerando que na Amazônia pode-se falar em uma “urbanodiversidade” regional expressa não somente por diferentes tipos de cidades e pela existência de diferenciados tipos de urbanização, mas também por espaços mistos que sintetizam processos de diferentes naturezas (TRINDADE JR., 2010 in: Sudam, 2018), a adoção das cidades intermédias como locus privilegiado de atuação de políticas públicas relacionadas à biodiversidade, com papel de comando do novo desenvolvimento, possibilitará a conversão desses espaços em centros de serviços e equipamentos aos habitantes do mesmo núcleo urbano como aqueles que residem em sua área de influência, além de interagir com amplas áreas territoriais pela capacidade de transbordamento de seu raio de atuação.

Cita-se, também, como fatores condicionantes necessários para a viabilização do objeto da estratégia: a articulação de PD&I com iniciativa privada; o estabelecimento de marcos normativos que possibilitem clareza às atividades e segurança jurídica; a disponibilidade e o aperfeiçoamento de programas e linhas de financiamento com especificações, visando ao melhor uso dos recursos financeiros disponíveis para a inovação e que propiciem o empreendedorismo inovador, em especial as micro e pequenas empresas.

Outro condicionante importante a considerar é a opção por políticas públicas de caráter territorial chamadas de Especializações Inteligentes (RIS3). Trata-se de uma estratégia de pesquisa e inovação, adotada e implementada na União Europeia, que busca maior diversidade entre as regiões por meio da incorporação no território da inovação, ciência, tecnologia e informação. Essa estratégia valoriza as vantagens competitivas e o potencial inovador específico das regiões, estimulando o investimento privado e o envolvimento de atores centrais da sociedade, permitindo, assim, o direcionamento adequado das políticas públicas e dos investimentos públicos em prioridades corretamente identificadas. Dessa forma, é possível desenvolver setores específicos da atividade econômica mediante a introdução de inovação e tecnologia, evitando os investimentos dispersos e sem foco.

Na Amazônia, a biodiversidade está totalmente alinhada à estratégia de especializações inteligentes, com enorme potencial, pois se trata de um segmento estratégico na economia mundial, constituindo a base para a fronteira da ciência contemporânea, como a biotecnologia e a engenharia genética. Segundo Becker e Stenner (2008) in: Sudam (2018) a revolução científico-tecnológica atribui novo valor econômico e estratégico à diversidade de espécies amazônicas, transformando-a na mais valiosa especiaria do século XXI.

4.1.2 A AGENDA ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO PARA O NORTE (2019-2023)

A agenda estratégica para a macrorregião Norte está centrada na singularidade da biodiversidade do bioma amazônico, aspecto que a distingue de todas as demais e que, adequadamente explorado, pode lhe render vantagens competitivas únicas.

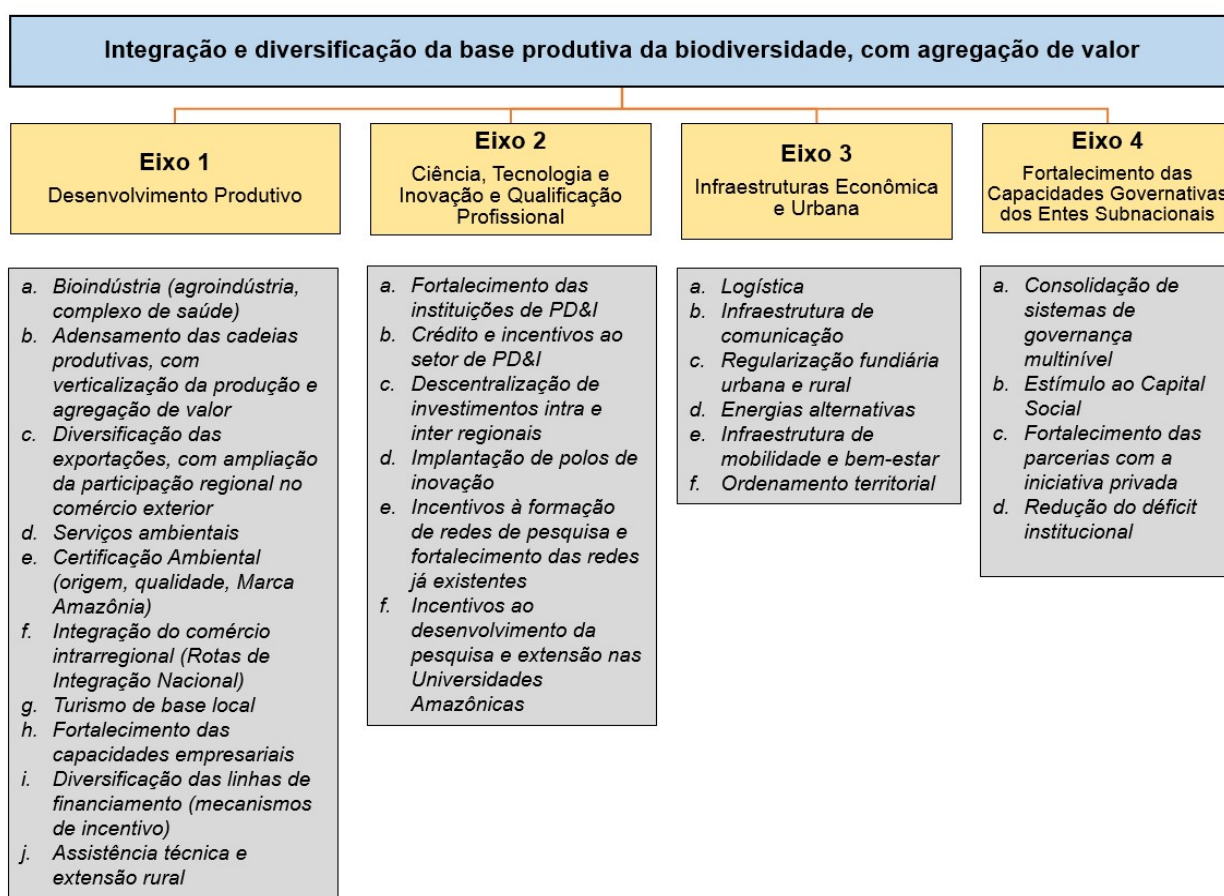
Corroborando essa assertiva, defende-se que a aposta estratégica para a região Norte no próximo ciclo do planejamento seja:

“Integração e diversificação produtiva da biodiversidade, com agregação de valor”

A agenda busca identificar o conjunto de ações governamentais e não governamentais necessárias à consolidação de um modo de produzir baseado em tecnologias biofísico-bioquímicas, que resulte em agregação de valor aos produtos da biodiversidade e que integre e diversifique a base produtiva regional, buscando, com isso, promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, gerar renda e propiciar uma melhor qualidade de vida para sua população.

A agenda estratégica para a Amazônia está organizada em torno de quatro eixos setoriais de intervenção prioritária, que pode ser melhor representada conforme diagrama a seguir.

Figura 3 - Aposta Estratégica da Macrorregião Norte (2019-2023)



Fonte: Sudam, 2018.

As ações elencadas visam estruturar na Região bioindústrias responsáveis por ofertar produtos de elevado valor agregado para o mercado nacional e internacional, apoiadas por uma rede regional de instituições de PD&I que contribua para a sustentabilidade dos processos envolvidos, assim como para a qualidade e o valor desses produtos, dentre os quais se destacariam biocombustíveis, fármacos, fitofármacos, biofármacos, compostos imunobiológicos, produtos de higiene pessoal, de perfumaria e cosméticos, assim como aqueles provenientes do beneficiamento de produtos agrícolas, de produtos extrativistas e de produtos florestais.

O papel das instituições de PD&I, porém, não é coadjuvante. Muito pelo contrário, o eixo de Ciência, Tecnologia & Inovação é considerado, nesta agenda, o vetor de progresso e de desenvolvimento da Região capaz de gerar a riqueza e a inclusão social almejadas pela agenda.

No caso da Amazônia, isso requer, segundo o Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento da Amazônia Legal - PCTI (CGEE, 2013 apud Sudam, 2018), o fortalecimento do Sistema Regional de CT&I e, ao mesmo tempo, o seu direcionamento para processos mais densos de conhecimento, compatíveis com a especificidade do potencial regional de geração de riquezas. Segundo o PCTI, é necessário impor uma dimensão regional ao planejamento de CT&I na Amazônia, ou seja, uma dimensão que ultrapasse as agendas estaduais, que influencie, organize e reflita o conjunto de políticas de CT&I e sua articulação multiescalar com as demais políticas públicas estruturantes (logística, urbana, industrial, ambiental, recursos hídricos, etc.), fazendo convergir escolhas estratégicas à trajetória desejada de desenvolvimento da Região e promovendo, dessa forma, a interação sistêmica entre crescimento, inovação, competitividade, equidade e sustentabilidade.

Por outro lado, as cidades envolvidas pelos projetos produtivos da agenda estratégica, assim como aqueles onde se localizam as instituições de PD&I, precisam estar apropriadamente conectadas entre si, com os potenciais mercados da bioindústria amazônica e reunir as condições necessárias para ancorar e espraiar o desenvolvimento regional almejado, o que pressupõe investimentos em infraestrutura econômica, em capital humano e na ampliação de suas capacidades governativas.

A estratégia que se propõe envolve a dinamização dessas cidades em rede para que possam se constituir como lugares centrais e elos intermediários entre a produção, normalmente pulverizada e que deve ser modernizada, e o seu beneficiamento concentrado, assim organizando as cadeias produtivas da bioindústria.

Em síntese, os eixos e suas ações prioritárias correspondentes serão a seguir apresentados:

Eixo 1 - Desenvolvimento Produtivo – considera-se nesse eixo os produtos existentes na biodiversidade regional com potenciais de transformação social e de diversificação da base produtiva de tal forma que agregue valor e gere renda à população.

	AÇÃO	OBJETIVO
1.	BIOINDÚSTRIA	Desenvolver produtos a partir da biodiversidade regional para a fabricação de biocombustíveis, fármacos, fitofármacos, biofármacos, imunobiológicos e demais produtos do complexo da saúde, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, alimentos funcionais, defensivos agrícolas naturais produtos agrícolas e extrativistas.
2.	ADENSAMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS COM VERTICALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E AGREGAÇÃO DE VALOR	Fortalecer as cadeias produtivas regionais através do apoio financeiro, melhorias na gestão, capacitação, uso de PD&I com vistas à verticalização da produção e agregação de valor.
3.	DIVERSIFICAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES, COM A AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO REGIONAL NO COMÉRCIO EXTERIOR	Promover a inserção de novos produtos oriundos da biodiversidade na pauta das exportações brasileira e a ampliação de mercados aos produtos regionais
4.	SERVIÇOS AMBIENTAIS	Apoiar iniciativas que preveem medidas para redução das emissões de carbono e conservação da biodiversidade
5.	CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL	Aumentar a quantidade de produtos regionais com indicação de origem, do selo de qualidade e boas práticas produtivas (Marca Amazônia).
6.	INTEGRAÇÃO DO COMÉRCIO INTRARREGIONAL	Promover ações que intensifique o nível de transações comerciais entre os estados (eventos de integração).
7.	TURISMO DE BASE LOCAL	Divulgar os produtos e a cultura regional e capacitar os atores.
8.	FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE EMPRESARIAL	Incentivar o empreendedorismo e a qualificação do empresariado local (palestras, seminários, cursos de empreendedorismo e gestão).
9.	APERFEIÇOAMENTO E A DIVERSIFICAÇÃO DAS LINHAS DE FINANCIAMENTO	Manter, diversificar e aperfeiçoar as linhas de financiamento regional como mecanismos de incentivo ao desenvolvimento produtivo.
10.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E A EXTENSÃO RURAL (ATER)	Proporcionar apoio técnico aos produtores rurais através das instituições de ater, aumentar a produtividade e melhorar a qualidade dos produtos.

Eixo 2 – Ciência, Tecnologia & Inovação: Objetiva-se o desenvolvimento de pesquisas e a incorporação de inovação às cadeias produtivas associadas à biodiversidade, com foco no desenvolvimento de pesquisa aplicada.

	AÇÃO	OBJETIVO
1.	FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE PD&I;	<p>Financiar pesquisas aplicadas e processos inovativos ao desenvolvimento de produtos, processos e serviços em cuja composição final haja preponderância de matérias-primas de origem regional;</p> <p>Ampliar a infraestrutura das Instituições de PD&I e a capacitação de servidores;</p> <p>Articular a interação das Instituições de PD&I com as Universidades e Centros de Pesquisa.</p>
2.	CRÉDITO E INCENTIVOS AOS SETOR DE PD&I;	Ampliar recursos orçamentários e linhas de crédito voltadas ao setor de PD&I;
3.	DESCENTRALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS INTRA E INTER-REGIONAL	Estipular percentuais mínimos de aplicação de recursos por unidade federada;
4.	IMPLANTAÇÃO DE POLOS DE INOVAÇÃO	Incentivar e financiar a criação de Parques tecnológicos e incubadoras nos Estados da região;
5.	INCENTIVO A FORMAÇÃO DE REDES DE PESQUISA E FORTALECIMENTO DAS REDES JÁ EXISTENTES;	<p>Articular a criação de redes de pesquisa envolvendo Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs), empresas, instituições públicas e representantes de Organizações da Sociedade Civil nos temas considerados prioritários;</p> <p>Incentivar o uso compartilhado de equipamentos e laboratórios por integrantes de diferentes redes de pesquisa;</p> <p>Fortalecer as Redes de pesquisa já existentes na região (financiamento, capacitação e infraestrutura);</p>
6.	INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES AMAZÔNICAS	Financiar pesquisas e apoiar a estruturação dos centros de extensão e pesquisas nas Universidades;

Eixo 3 – Infraestrutura econômica e rede urbana: disponibilidade de bons serviços de transportes, de energia e telecomunicações, de serviços tecnológicos ao alcance de todos, serviços de saúde, educação, saneamento, segurança e moradia digna, principalmente quando se trata das localidades mais distantes dos grandes centros urbanos.

	AÇÃO	OBJETIVO
1.	LOGÍSTICA	Aumentar os investimentos nos multimodais de transporte (hidrovias, ferrovias, rodovias, portos, aeroportos e armazenagem)
2.	INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES	Aumentar a cobertura e a qualidade de serviços de telefonia e de internet
3.	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL	Promover a regularização de áreas urbanas e rurais por meio da emissão de títulos de propriedade e concessão de uso da terra.
4.	ENERGIAS ALTERNATIVAS	Incentivar o uso de outras fontes de energia, como a fotovoltaica, a eólica e a biomassa resultante dos resíduos industriais.
5.	INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE E BEM-ESTAR SOCIAL;	Melhorar o sistema de mobilidade urbana nas cidades intermediárias; Ampliar a cobertura dos serviços de bem-estar à população.
6.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Elaborar zoneamento ecológico-econômico, em escala adequada de detalhes, nas regiões de “vazios cartográficos”; Fortalecer as Unidades de Conservação (elaboração de Planos de Manejo e Conselho Gestor); Melhorar a gestão dos recursos hídricos

Eixo 4 – Fortalecimento das capacidades governativas dos entes subnacionais: Capacidade de os governos identificarem problemas críticos e formular políticas próprias para o seu enfrentamento, bem como de mobilizar os meios e os recursos necessários à execução das políticas públicas. Trata-se do Estado em ação, sob uma base de federalismo cooperativo, compartilhando responsabilidades e competências entre as esferas de governo (entes federativos) e entre agentes políticos distintos.

	AÇÃO	OBJETIVO
1.	CONSOLIDAÇÃO DE SISTEMAS DE GOVERNANÇA MULTINÍVEL	Criar sistemas de governança moderno e eficaz para o fortalecimento dos entes estaduais e municipais.
2.	ESTÍMULO AO CAPITAL SOCIAL	Elevar a capacitação técnica e gerencial de recursos humanos com o foco na eficácia e efetividade da ação pública.
3.	FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA	Ampliar parceiras com a iniciativa privada para fortalecer a rede de serviços prestados ao cidadão e maiores retornos econômicos.
4.	REDUÇÃO DO DÉFICIT INSTITUCIONAL	Criar novos acordos com instituições nacionais e internacionais na busca de captação de recursos financeiro e de pessoal favorecendo o financiamento e a sustentabilidade do sistema de governança.

4.2. A AGENDA ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO PARA A REGIÃO NORDESTE (2019-2023)

4.2.1 A NECESSÁRIA INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

A fragmentação e a heterogeneidade estrutural e produtiva conformam a grande questão regional nordestina do século XXI. Persistências estruturais parecem contribuir para essa desigualdade, como a concentração fundiária, a urbanização incompleta, a fixação de níveis baixos de remuneração, presença maciça do capital mercantil no interior da economia regional, que convivem com a cada vez maior dinamização de “ilhas” que se expandem para além das capitais litorâneas.

Esse híbrido regional que caracteriza o Nordeste atual tem apresentado peculiaridades em relação aos fluxos de capital humano: vê-se simultaneamente processos migratórios tradicionais, rumo aos centros do Sudeste, aliado a um arrefecimento das migrações rumo às capitais litorâneas e uma explosão em sentido das cidades médias. Há também o processo de migração de retorno, daquela população que migrou há décadas atrás, rumo às suas cidades de origem.

Quanto à rede de cidades nordestina, evidencia-se a concentração populacional em sua faixa litorânea e um grau de urbanização um pouco abaixo da média do País, com uma população rural relativamente mais importante, sobretudo, em sua área semiárida. Bahia, Pernambuco e Ceará, apesar do grande peso de suas capitais, revelam maior interiorização de sua economia e população, com a presença de algumas cidades médias importantes. Nos demais estados é muito maior a concentração nas capitais, com baixíssima atividade no interior. O processo de diferenciação na região se aprofunda com o surgimento de manchas de dinamismo isoladas, com o fortalecimento dos centros urbanos correspondentes, mas já apresentando problemas semelhantes aos dos grandes centros urbanos.

A condição de desigualdade estimula o esvaziamento populacional dos territórios menos desenvolvidos e acarreta em fluxos migratórios para aqueles mais desenvolvidos, gerando processos de desenvolvimento econômico desiguais e com consequências sócio espaciais indesejáveis, sejam elas regionais, intrarregionais e principalmente evidenciadas no nível intraurbano. A desigualdade favorece não apenas migração inter e intrarregional em geral, mas também o fluxo populacional das áreas rurais para as cidades com maior oferta de serviços públicos, contribuindo para o inchaço das grandes metrópoles.

As teorias de economia regional apontam que as atividades econômicas tendem a dinamizar territórios que apresentam melhores condições de atração locacional, dadas pela existência de infraestrutura, oferta de serviços, acesso a mercados, recursos humanos qualificados e qualidade de vida. Esses territórios, por sua vez, passam a concentrar atividades culturais, capital, informações, postos de trabalho, decisões políticas em detrimento das áreas menos dinâmicas, que, por sua vez, tendem a permanecer à margem dos fluxos econômicos principais.

O fortalecimento das cidades nordestinas, portanto, sobretudo aquelas situadas na base da hierarquia urbana, e aquelas de articulação intermediária, constitui condição indispensável à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional a partir da consolidação de uma rede policêntrica.

4.2.2 A AGENDA ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO PARA O NORDESTE (2019-2023)

A agenda estratégica em construção busca valorizar a integração urbano-rural e os fluxos e interações de cada cidade média com sua região de influência, mesmo as formadas por centros locais de economia rural, evitando-se “encapsular” as oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população circunscrito aos centros urbanos das grandes cidades. O desenvolvimento com foco no território “usado”, nos termos de Milton Santos, deverá ser o quadro regional de referência.

Assim, para efeitos do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), a territorialização se constitui em elemento-chave: por meio da regionalização do PRDNE espera-se constituir a ligação entre as estratégias do PRDNE e da ação efetiva que se realizará no território. A regionalização permitirá, portanto, rebater no território as diretrizes e prioridades emanadas do nível estratégico e, a partir disso, selecionar e priorizar a carteira de projetos táticos, sendo assim, este o primeiro passo na operacionalização do Plano.

Corroborando essa assertiva, defende-se que a aposta estratégica para a região Nordeste no próximo ciclo do planejamento seja:

“Fortalecimento das redes de cidades intermediárias como âncora para os sistemas inovativos e produtivos locais para sua área de influência”

Isto posto, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) tem como proposição de aposta estratégica para suas ações no Nordeste e sua área de atuação, a utilização de municípios-polos das regiões geográficas intermediárias, conforme Tabela 2 e Figura 4. Para tal, foram realizadas análises da distribuição destes municípios-polos no território e considerada a estrutura, porte e rede de influência destas cidades, priorizando a questão da interiorização do desenvolvimento por meio do fortalecimento dos sistemas inovativos e produtivos locais.

Neste sentido, o grande desafio é ampliar as capacidades produtivas da região e, não somente isto, acrescentar a este estoque um uso melhor e mais eficiente das capacidades existentes e ampliadas, por meio da inovação, da capacitação da mão-de-obra local e de uma estratégia de financiamento adequada para os diversos desafios existentes.

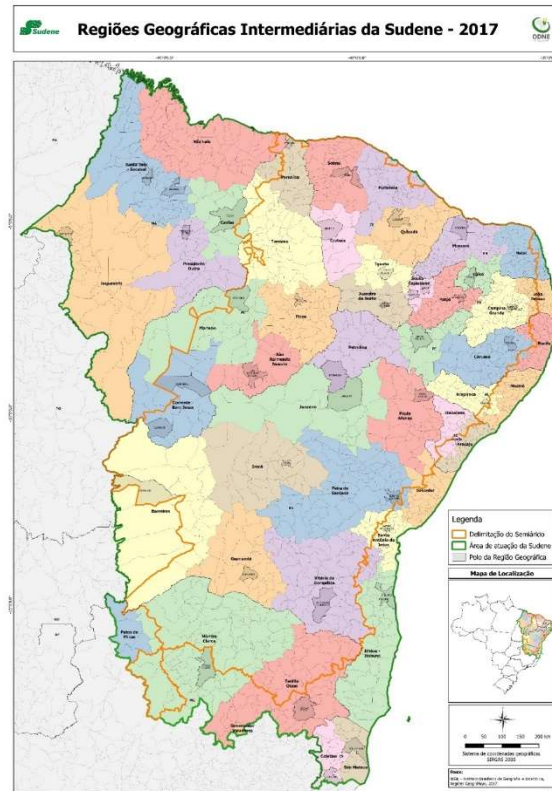
A aposta estratégica desdobra-se em cinco eixos setoriais de intervenção, interdependentes e complementares entre si, que são aderentes aos eixos setoriais definidos na nova PNDR. Evidencia-se aí a opção por uma abordagem sistêmica para o território enquanto vetor da interiorização do desenvolvimento, valorizando as potencialidades regionais e ampliando a competitividade dos territórios nordestinos.

Tabela 2 – Dados básicos dos municípios-polo das regiões geográficas intermediárias.

#	Municípios-polo	UF	População estimada [2018]	PIB per capita [2015] Em reais correntes	IDHM [2010]
1	BACABAL	MA	104.633	9.928,92	0.651
2	CAXIAS	MA	164.224	9.027,54	0.624
3	IMPERATRIZ	MA	258.016	23.565,19	0.731
4	PRESIDENTE DUTRA	MA	47.567	9.712,15	0.653
5	SANTA INÊS	MA	88.590	13.745,37	0.674
6	BOM JESUS	PI	24.960	26.497,12	0.668
7	CORRENTE	PI	26.575	10.520,26	0.642
8	FLORIANO	PI	59.840	15.736,02	0.700
9	PARNAÍBA	PI	152.653	11.983,14	0.687
10	PICOS	PI	78.002	16.109,15	0.698
11	SÃO RAIMUNDO NONATO	PI	34.535	10.467,83	0.661
12	CRATEÚS	CE	74.982	8.444,70	0.644
13	IGUATU	CE	103.255	13.404,77	0.677
14	JUAZEIRO DO NORTE	CE	271.926	14.741,74	0.694
15	QUIXADÁ	CE	87.116	10.469,21	0.659
16	SOBRAL	CE	206.644	20.223,81	0.714
17	CAICÓ	RN	67.554	15.122,09	0.710
18	MOSSORÓ	RN	294.076	20.983,80	0.720
19	CAJAZEIRAS	PB	61.776	15.508,42	0.679
20	CAMPINA GRANDE	PB	407.472	19.696,95	0.720
21	PATOS	PB	106.984	13.709,92	0.701
22	SOUSA	PB	69.161	14.149,90	0.668
23	CARUARU	PE	356.872	17.626,74	0.677
24	PETROLINA	PE	343.865	16.670,83	0.697
25	SERRA TALHADA	PE	85.774	14.554,90	0.661
26	ARAPIRACA	AL	230.417	16.960,41	0.649
27	ITABAIANA	SE	94.696	17.551,64	0.642
28	BARREIRAS	BA	153.831	24.145,84	0.721
29	FEIRA DE SANTANA	BA	609.913	19.370,53	0.712
30	GUANAMBI	BA	84.014	13.361,98	0.673
31	ILHÉUS	BA	164.844	20.196,49	0.690
32	IRECÊ	BA	72.386	13.440,10	0.691
33	ITABUNA	BA	212.740	17.481,91	0.712
34	JUAZEIRO	BA	215.183	14.341,42	0.677
35	PAULO AFONSO	BA	117.014	18.665,50	0.674
36	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	BA	100.605	18.539,48	0.700
37	VITÓRIA DA CONQUISTA	BA	338.885	16.785,34	0.678
38	MONTES CLAROS	MG	404.804	20.199,41	0.770
39	TEÓFILO OTONI	MG	140.235	16.066,82	0.701
40	COLATINA	ES	121.580	26.048,87	0.746
41	SÃO MATEUS	ES	128.542	17.034,68	0.735

Fonte: Sudene, 2018.

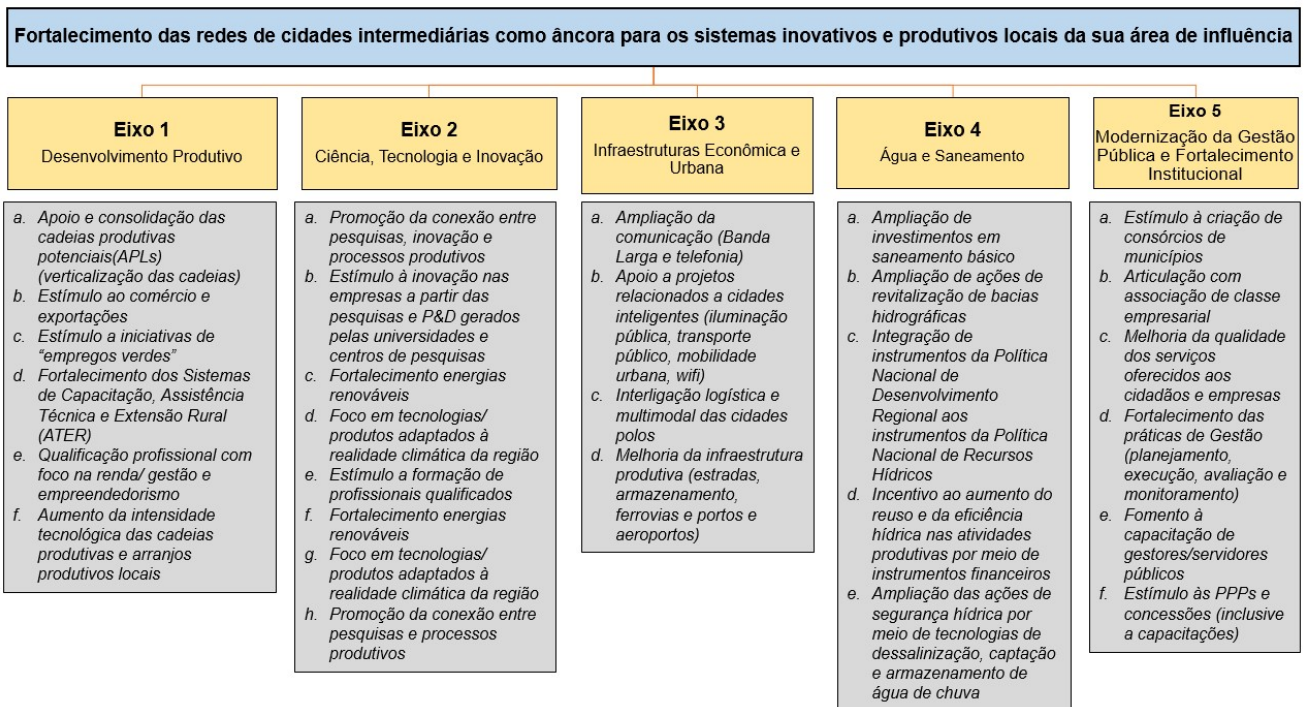
Figura 4 - As regiões geográficas e seus municípios-polos.



Fonte: Sudene, 2018.

Em síntese, a aposta estratégica pode ser melhor representada conforme figura a seguir.

Figura 5 - Aposta Estratégica da Macrorregião Nordeste (2019-2023)



Fonte: Sudene, 2018.

O apoio ao desenvolvimento produtivo, embasado na organização de sistemas inovativos e produtivos que tenham como polo as cidades médias da região, transbordando sua atuação para sua área de influência, estará pautado em ações voltadas para aumentar a intensidade tecnológica de empreendimentos vinculados aos Arranjos Produtivos Locais. Busca-se a ampliação da produtividade das empresas regionais e a atração de capital privado, a partir do desenvolvimento de um melhor ambiente de negócios, estímulo ao comércio e exportações, incentivo a iniciativas de “empregos verdes”, fortalecimento dos sistemas de capacitação, assistência técnica e extensão rural (Ater) e qualificação profissional.

Esta atuação deverá se dar pelo fortalecimento do complexo regional de Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio da conjunção da pesquisa aplicada e sua incorporação ao ambiente empresarial, abrindo espaço para a inovação nas cadeias produtivas, consideradas o motor do desenvolvimento econômico. Este impulso fundamental da inovação decorre da criação de novos bens de consumo, novos métodos de produção, geração de energia, telecomunicações e transporte, ensejando novos mercados e novos métodos de organização industrial, que gerem mais empregos. Assim, será promovida a conexão entre pesquisas, inovação e processos produtivos, estimulada a inovação nas empresas a partir das pesquisas e P&D gerados pelas universidades e centros de pesquisas, incentivado o fortalecimento energias renováveis com foco em tecnologias/ produtos adaptados à realidade climática da região.

O investimento em infraestrutura de energia, transportes e comunicações permite a instauração e ampliação de empreendimentos produtivos. Na era da informação, dos sistemas inteligentes de logística e telecomunicações, não se pode imaginar um fluxo sustentável de investimento público e privado na produção, sem um complexo confiável de infraestruturas, que reduzem os custos de produção regionais e permitem a atração de novas empresas e recursos humanos qualificados, além da expansão do capital já instalado. Nesse sentido, serão trabalhadas a ampliação dos sistemas de comunicação (banda larga e telefonia), projetos relacionados a cidades inteligentes (iluminação pública, transporte público, mobilidade urbana, wi-fi), interligação logística e multimodal das cidades polos e a melhoria da infraestrutura produtiva (estradas, armazenamento, ferrovias e portos e aeroportos).

Além da infraestrutura já citada, o acesso à água é um elemento-chave para o Nordeste promover o crescimento sustentável e uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Os desafios hídricos têm um impacto direto sobre o desenvolvimento regional, estabelecem os limites para a sobrevivência humana digna e o crescimento econômico. A presente escassez de recursos hídricos, prevaiente na região Nordeste, deve se agravar e aumentar seus impactos graças à mudança climática. Assim, neste eixo serão trabalhadas iniciativas voltadas para ampliar investimentos em saneamento básico e ações de revitalização de bacias hidrográficas, integração de instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) aos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), incentivar o aumento do reuso e da eficiência hídrica nas atividades produtivas por meio de instrumentos financeiros e aumentar ações de segurança hídrica por meio de tecnologias de dessalinização, captação e armazenamento de água de chuva.

Pensando na amplitude das ações propostas, um sistema eficaz de gestão pública é um pré-requisito para a implementação da agenda, pois boa parte das entregas apresentadas dependerá de um sistema efetivo de gestão pública nas três esferas da administração (municipal, estadual e federal), que permita a materialização de benfeitorias e o fortalecimento das práticas de gestão (planejamento, execução, avaliação e monitoramento).

Os eixos propostos a seguir têm sua importância intrínseca não sendo possível uma hierarquização entre eles, mas sim uma interconexão e complementariedade, pois o desenvolvimento produtivo depende do uso sustentável e adequado dos recursos hídricos, bem como das iniciativas de inovação, dos investimentos em ciência e tecnologia, em infraestrutura urbana e produtiva, em educação e formação profissional, e estes são tem maior impacto através de uma boa e melhor gestão pública. Em síntese, os eixos e suas ações prioritárias correspondentes serão a seguir apresentados:

Eixo 1: Desenvolvimento Produtivo

Este eixo tem como objetivo principal melhorar a eficiência do setor produtivo da região, consubstanciada na ampliação da produtividade das empresas regionais e na atração de capital privado, a partir de um ambiente de negócios mais atrativo.

AÇÃO	OBJETIVO
1. APOIAR E CONSOLIDAR (APLS) AS CADEIAS PRODUTIVAS POTENCIAIS (VERTICALIZAÇÃO DAS CADEIAS)	<p>Ampliar a eficiência das estruturas existentes e atrair novos investimentos, articulando as cadeias produtivas regionais dentro do território, e promover a reestruturação produtiva das atividades tradicionais.</p> <p>Apoiar políticas de caráter horizontal, melhorando as condições existentes (como construção de uma estrada ou laboratório para determinada atividade).</p> <p>Estimular políticas de caráter vertical, aprofundando as relações produtivas existentes, criando novos elos nestes Arranjos ou Cadeias Produtivas (como organização da comercialização, criação de novo canal de comercialização, ampliação das exportações) e/ou transformando o que já existe (como a inserção de um método de produção mais moderno que crie um produto novo com maior valor agregado ou que use menos água para sua produção).</p>
2. ESTÍMULO AO COMÉRCIO E EXPORTAÇÕES;	<p>Apoiar iniciativas que visem ampliar e diversificar a pauta de exportação do Nordeste.</p> <p>Estimular o cooperativismo e associativismo voltados para a melhoria da comercialização de produtos regionais.</p> <p>Apoiar a disseminação e uso de instrumentos e programas de comercialização, voltados para a pequena e média agropecuária e agroindústria regional, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa nacional de Alimentação Escolar.</p> <p>Apoiar e estimular a adequação de Programas de comercialização às necessidades da Região.</p>
3. ESTÍMULO A INICIATIVAS DE “EMPREGOS VERDES”.	<p>Fomentar ações que estimulem empregos que aproveitem o potencial da região, principalmente na área de energias renováveis, notadamente no APLs da energia solar, reuso da água e indústria de baixo carbono.</p>
4. FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS DE CAPACITAÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER);	<p>Apoiar ações/projetos/iniciativas para revitalização e/ou consolidação dos serviços de assistência técnica e extensão rural dos estados e municípios do Nordeste, com foco na diversificação produtiva.</p> <p>Fomentar ações voltadas para a melhoria da eficiência e produtividade do setor agropecuário e agroindustrial regional.</p>
5. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COM FOCO NA RENDA/ GESTÃO E EMPREENDEDORISMO;	<p>Priorizar ações em educação e formação profissional com foco nas potencialidades locais, a partir da rede de instituições de ensino, principalmente os Institutos Federais e o Sistema S, e as universidades federais na região, espalhadas por todo o Nordeste, notadamente em cidades de tamanho médio.</p> <p>Ampliar ações de Educação em tempo integral, notadamente para o Ensino Médio e sua integração com o ensino profissionalizante.</p>

6. AUMENTAR A INTENSIDADE TECNOLÓGICA DAS CADEIAS PRODUTIVAS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.

Priorizar ações no Semiárido com inclusão produtiva através de uma política pública estruturada e integrada de apoio aos Arranjos Produtivos da área de atuação da Sudene.

Promover iniciativas de coordenação e articulação visando a consolidação de um Sistema Produtivo e Inovativo Regional, com foco nas micro, pequenas e médias empresas da Região.

Fomentar ações que promovam a cooperação universidade-empresa, licenciamento de produtos e estímulo ao empreendedorismo.

Eixo 2: Ciência, Tecnologia e Inovação

As iniciativas de CT&I são a base de um desenvolvimento econômico mais justo e sustentável, de forma que a área de atuação da Sudene alcance um patamar mínimo de competitividade e de produção, reestruturando suas atividades, potencializando as existentes, criando oportunidades para novas, em especial no Semiárido, mas também em cidades do interior e das Regiões Metropolitanas.

AÇÃO	OBJETIVO
1. PROMOVER A CONEXÃO ENTRE PESQUISAS, INOVAÇÃO E PROCESSOS PRODUTIVOS	<p>Apoiar projetos em setores estratégicos (energia, defesa, alimentos, fármacos, indústria 4.0) e institucionalidades baseadas na ciência e setor produtivo (laboratórios, incubadoras, empresas de alta tecnologia, patentes, entre outros).</p> <p>Promover ações de estímulo à criação e consolidação de start ups na Região.</p>
2. ESTIMULAR A INOVAÇÃO NAS EMPRESAS A PARTIR DAS PESQUISAS E P&D GERADOS PELAS UNIVERSIDADES E CENTROS DE PESQUISAS;	<p>Promover o estabelecimento de uma rede de instituições em prol de estratégias e táticas comuns em CT&I na Região, com diversos atores, consolidando o a inovação e pesquisa.</p>
3. FORTALECIMENTO ENERGIAS RENOVÁVEIS.	<p>Incentivar a produção e distribuição de energias limpas como solar, eólica e biocombustíveis em diversas escalas.</p> <p>Articular iniciativas para que a implantação dessas tecnologias tenha maior impacto sobre a renda local.</p>
4. FOCO EM TECNOLOGIAS/ PRODUTOS ADAPTADOS À REALIDADE CLIMÁTICA DA REGIÃO;	<p>Fortalecer as ações para difusão de inovações existentes com o intuito de diminuir os diferenciais de produtividade.</p> <p>Estabelecer e apoiar projetos para intervenção em áreas com baixa produtividade econômica.</p> <p>Estimular ações/projetos voltados para a captação, armazenamento, uso sustentável e otimizado da água para produção econômica em qualquer setor da economia.</p> <p>Estimular ações/projetos voltados para a recuperação e manutenção de florestas, pastagens e zonas de preservação e conservação ambiental.</p> <p>Promover a análise de pacotes tecnológicos por espaço ou região, de forma a que cada território tenha sua especificidade compreendida e que tenha sua autonomia produtiva.</p>
5. ARTICULAR AS INSTITUIÇÕES QUE TRABALHAM/TENHAM AÇÕES DE CT&I NO NORDESTE	<p>Promover um grande evento, semestral ou anualmente, visando articulação institucional e compartilhamento de informações dos diversos atores, principalmente aqueles voltados ao fomento, diante da necessidade de socialização e integração do conhecimento científico e tecnológico existente.</p>

Promover a formação de um Comitê de CT&I no Nordeste, visando ampliar a coordenação, articulação e sinergias das políticas e iniciativas existentes.

Eixo 3: Infraestrutura Econômica e Urbana

Uma região ou território com boa dotação de infraestrutura é relevante para a atração de capital privado e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Neste sentido, a melhoria da infraestrutura produtiva, reforça a competitividade da economia nordestina, além de incluir uma parcela de sua população que não tem acesso a serviços de melhor qualidade. Este eixo segue este caminho, dotar o Nordeste de uma infraestrutura econômica que aumente sua produtividade e a agregação de valor à produção local e garanta uma melhor qualidade de vida aos seus habitantes. Este é um desafio grande para a política pública, diante das questões relacionadas às necessidades de coordenação, escolhas, continuidade orçamentária e interação com a iniciativa privada, principalmente.

AÇÃO	OBJETIVO
1. AMPLIAÇÃO DA COMUNICAÇÃO (BANDA LARGA E TELEFONIA)	Estimular ações que ampliem e complementem a rede de banda larga na Região, notadamente em cidades de porte médio e polo.
2. APOIO A PROJETOS RELACIONADOS A CIDADES INTELIGENTES (ILUMINAÇÃO PÚBLICA, TRANSPORTE PÚBLICO, MOBILIDADE URBANA, WIFI);	Favorecer a instalação de projetos e ações voltadas para questões urbanas, com foco na melhoria da qualidade de vida desta população. Promover projetos que desenvolvam soluções relacionadas a problemas urbanos para cidades de médio porte.
3. INTERLIGAÇÃO LOGÍSTICA E MULTIMODAL DAS CIDADES POLOS.	Promover a complementação da interligação modal e logística na Região.
4. MELHORIA DA INFRAESTRUTURA PRODUTIVA (ESTRADAS, ARMAZENAMENTO, FERROVIAS E PORTOS E AEROPORTOS);	Consolidar e complementar a infraestrutura produtiva da Região. Elaborar e colocar em prática um modelo de financiamento da infraestrutura adaptado às condições da Região, principalmente a partir da utilização dos fundos públicos existentes e da articulação com estados, municípios e iniciativa privada.

Eixo 4: Água e Saneamento

A água está no centro do desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – ambiental, econômica e social, neste sentido os recursos hídricos, bem como os serviços a eles associados, sustentam os esforços de erradicação da pobreza, de crescimento econômico e da sustentabilidade ambiental. Por isto, o acesso à água e ao saneamento importa para todos os aspectos da dignidade humana, desde a segurança alimentar e energética à saúde humana e ambiental, daí esta ser uma Agenda relevante na estratégia proposta.

AÇÃO	OBJETIVO
1. AMPLIAR INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BÁSICO	Ampliar o nível de cobertura da oferta de água nos municípios da Região. Ampliar coleta e tratamento de esgoto nos municípios da região. Ampliar a coleta de lixo na região, com descarte e tratamento adequados dos resíduos sólidos coletados.

	Ampliar a oferta de água priorizando a complementação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – PISF, canais e adutoras nos Estados.
2. AMPLIAR AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS;	<p>Apoiar projeto e iniciativas que aumentem a cobertura vegetal ao longo de corpos d'água.</p> <p>Incentivar projeto com manejo adequado de florestas e de culturas agrícolas.</p> <p>Apoiar e estimular ações de combate à erosão do solo, desertificação, assoreamento de rios, comprometimento de açudes e barragens.</p>
3. INTEGRAR INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL AOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS.	<p>Promover a governança como instrumento de integração de políticas públicas e redução de conflitos pelos usos múltiplos da água.</p> <p>Promover a melhoria da gestão dos recursos hídricos a partir da implementação de instrumentos de cobrança pelo uso da água e negociações para cobrir os custos da operação da transposição do Rio São Francisco.</p>
4. INCENTIVAR O AUMENTO DO REÚSO E DA EFICIÊNCIA HÍDRICA NAS ATIVIDADES PRODUTIVAS POR MEIO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS;	<p>Apoiar ações/projetos que visem a melhoria na gestão dos recursos hídricos, notadamente do lado da demanda destes recursos.</p> <p>Incentivar a redução da demanda através de tecnologias de reuso de água e aumento da eficiência hídrica nos processos produtivos.</p> <p>Incentivar e apoiar o desenvolvimento modelo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos adequados às diversas realidades do Nordeste.</p>
5. AUMENTAR AÇÕES DE SEGURANÇA HÍDRICA POR MEIO DE TECNOLOGIAS DE DESSALINIZAÇÃO, CAPTAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUA DE CHUVA	<p>Propor, apoiar e estimular ações/projetos de dessalinização, captação e armazenamento de água de chuva.</p> <p>Ampliar iniciativas de dessalinização, especialmente no âmbito da pesquisa e desenvolvimento no sentido de reduzir os custos.</p>

Eixo 5: Modernização da Gestão Pública e Fortalecimento Institucional

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu novas obrigações e encargos para os municípios e estes passaram a assumir o desafio e maior responsabilidade de prestar serviços e formular políticas públicas, a fim de atender às demandas das suas comunidades. Contudo, não basta receber o recurso, é preciso saber como aplicá-lo. Então, para transformar os valores das transferências em serviços e bens para a sociedade é necessário que Ente Público possua a capacidade de planejar (definir problemas e prioridades, elaborar estratégias e projetos, identificar fontes de recursos e gerir a execução) e de estar instrumentalizado a operar os diversos sistemas.

Entende-se como relevante e estratégica a modernização da Gestão Pública e a necessidade de fomentar ações que proporcionem o seu fortalecimento institucional, aglutinando esforços de desenvolver as capacidades governativas como um processo de articulação e inovação, importante no momento da aplicação das Políticas Públicas e no alcance dos resultados esperados.

AÇÃO	OBJETIVO
1. ESTÍMULO À CRIAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE MUNICÍPIOS	Apoiar e estimular a criação de consórcios municipais, como estratégia principal de gestão integrada de recursos públicos, principalmente para município de menor porte.
2. ARTICULAÇÃO COM ASSOCIAÇÃO DE CLASSE EMPRESARIAL;	Promover a articulação entre a iniciativa privada e pública visando a melhoria da eficiência da gestão pública.
3. MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS AOS CIDADÃOS E EMPRESAS.	Estimular a criação de um Laboratório de Políticas Urbanas voltado para a apoio às gestões municipais em diversos aspectos, integrando os diversos atores. Construir ações buscando a integração das iniciativas de apoio à gestão municipal, em diversos níveis
4. FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS DE GESTÃO (PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO);	Apoiar, incentivar projetos e programas que visem a melhoria da gestão pública, principalmente a municipal.
5. FOMENTO À CAPACITAÇÃO DE GESTORES/SERVIDORES PÚBLICOS	Apoiar e estimular iniciativas de capacitação e elaboração de projetos em nível municipal. Apoiar iniciativas que visem a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelos gestores e servidores públicos.
6. ESTÍMULO ÀS PPPS E CONCESSÕES (INCLUSIVE A CAPACITAÇÕES	Apoiar iniciativas de PPPs e concessões para o Nordeste. Apoiar a construção um modelo de Parceria Público Privada adequado às necessidades e recursos do Nordeste, principalmente para serviços de infraestrutura urbana.

4.3. A AGENDA ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE

4.3.1 O CENTRO-OESTE E A DINÂMICA ECONÔMICA RECENTE

Tem-se verificado, em décadas recentes, uma gradativa mudança no padrão de desenvolvimento de territórios e regiões em escala mundial. A sociedade, cada vez mais, deixa de aderir a um modelo de crescimento pautado na exploração indiscriminada de recursos naturais. Vem perdendo espaço a formulação de políticas de desenvolvimento setorial e espacial, urbano e regional, que desconsidera a estruturação de processos produtivos em bases sustentáveis, tanto social quanto ambientalmente. Tal mudança de paradigma passa a exigir padrões diferentes de consumo, e, no caso brasileiro, muita racionalidade no aproveitamento dos recursos naturais, especialmente da água e de fontes geradoras de energia, assim como no destino final dos resíduos.

O mundo assiste a um aumento crescente da demanda por alimentos, o que tem colocado o Brasil em posição de destaque. O País possui condições excepcionais para atender a essa demanda por produtos da agropecuária, que também se estende à energia e minérios, em função de sua grande disponibilidade de áreas agricultáveis, fontes energéticas e minerais e recursos hídricos. Esses recursos estão disponíveis em abundância em regiões menos desenvolvidas do País e naquelas em transição, em especial no Centro-Oeste, o que representa oportunidade relevante de se avançar na redução das desigualdades socioespaciais lá incidentes.

O Centro-Oeste tem apresentado o melhor desempenho econômico entre as macrorregiões brasileiras nas últimas décadas. A sua participação no PIB nacional, que em 1970 era de 3,8%, passou para mais de 10% em 2014 (R\$ 500 bilhões); entre 1960 e 2013, a população da região cresceu vertiginosamente, alcançando 18,2 milhões (9,0% do total nacional); a produção de grãos cresceu para 82 milhões de toneladas em 2013 (43,5% do total nacional) e o rebanho bovino para quase 93 milhões de cabeças no mesmo ano (44% do total nacional) (Codeplan, 2014). Nesta Região encontram-se ainda duas das principais áreas metropolitanas do País: Brasília, com cerca de 3 milhões de habitantes e Goiânia, com mais de 2,4 milhões, que, juntamente com a aglomeração urbana de Anápolis (400 mil habitantes), formam o Eixo Brasília - Anápolis - Goiânia, com população de 5,8 milhões de habitantes e um PIB de R\$ 270 bilhões (Codeplan, 2014).

O rápido crescimento da economia do Centro-Oeste se deu a partir dos anos 1960 e a dinâmica foi movida pela atividade agropecuária. A expansão desta atividade se fez, sobretudo, pela ampla incorporação de terras ao processo produtivo (Codeplan, 2014). A partir da década de 1980, o Centro-Oeste brasileiro passou a comandar nacionalmente a atividade agropecuária, voltada para a exportação de commodities, com um excepcional aumento da produtividade das suas culturas agrícolas², tendo como motor deste processo a produção de soja, dentre outros grãos. De fato, ao longo desses dois decênios, a soja literalmente adentrou o Cerrado brasileiro,

² A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) desenvolveu sementes de soja, milho, feijão e algodão especialmente adaptadas ao Cerrado, resistentes e de elevada produtividade, e fornecidas a baixo custo aos produtores. Paralelamente, houve também a ampliação das áreas irrigadas e o desenvolvimento de tecnologias de correção e manejo do solo, de rotação de culturas, de controle de pragas e de adubação. Muito embora o maior progresso realizado pela Embrapa tenha sido registrado na pesquisa de grãos, deve-se registrar que a pesquisa na área da pecuária, especialmente na bovinocultura, teve enorme impacto na economia regional. Como exemplo, em três décadas, o tempo médio para o gado bovino atingir o peso de abate caiu de 72 para 24 meses, em média, na Região.

parte dele anteriormente ocupado com produção de arroz, e avançou em direção às bordas da Floresta Amazônica, alterando em essência a feição produtiva da Região; para se ter uma real dimensão da acelerada expansão da soja na região Centro-Oeste, deve-se registrar que ela respondeu por 1,5% da ampliação da área plantada com soja no País no período 1960/70; por 15,3% no período 1970/80; e por 79,7% no período 1980/2010 (Codeplan, 2014), como observado na Figura 6.

Figura 6 - Produção de soja (em grão), com destaque para os 10 principais municípios produtores – Brasil - 2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2015.

Este fato é melhor percebido pelo PIB Municipal 2016. Quando decomposto o valor adicionado bruto da agropecuária, o desempenho da Região Centro-Oeste demonstra a força dessa região enquanto motriz do sistema produtivo nacional. No ranking dos 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado, mais de um terço (39 municípios) pertence à Região.

Não obstante o avanço ocorrido nas duas últimas décadas, a macrorregião Centro-Oeste permanece com um baixíssimo grau de industrialização, tendo respondido em 2015 por cerca de 5,8% da produção industrial do País, muito inferior à participação da região no PIB nacional (10,1% em 2016). Dos 100 maiores valores agregados da Indústria ao PIB, em 2015, o Centro-Oeste participa com grande expressão por meio do Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, e as capitais Campo Grande (MT) e Cuiabá (MS).

Há evidências que o baixo grau de industrialização da Região está associado à primazia da atividade agropecuária e à formação muito recente de sua economia. Impõe-se como um importante desafio a sua inserção no mapa da indústria brasileira e dos serviços avançados (TI, logística, etc.). Deve-se destacar ainda a relativa proximidade do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia com o eixo dinâmico da economia brasileira, que, em escala nacional, apresenta grande potencial de desconcentração da indústria ainda predominantemente polarizada pelo Centro-Sul.

4.3.2 A APOSTA ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO PARA O CENTRO-OESTE (2019-2023)

A leitura da dinâmica econômica recente no Centro-Oeste informa que as estratégias mais amplas de desenvolvimento produtivo que concorram para a redução das desigualdades não podem negligenciar, de partida, o papel que essa Região exerce no contexto mundial; também não podem negligenciar a necessária promoção de uma relação simbiótica entre as potencialidades do território, a contenção dos riscos ambientais e a inclusão socioprodutiva.

Corroborando essa assertiva, defende-se que a aposta estratégica para a região Centro-Oeste no próximo ciclo do planejamento seja:

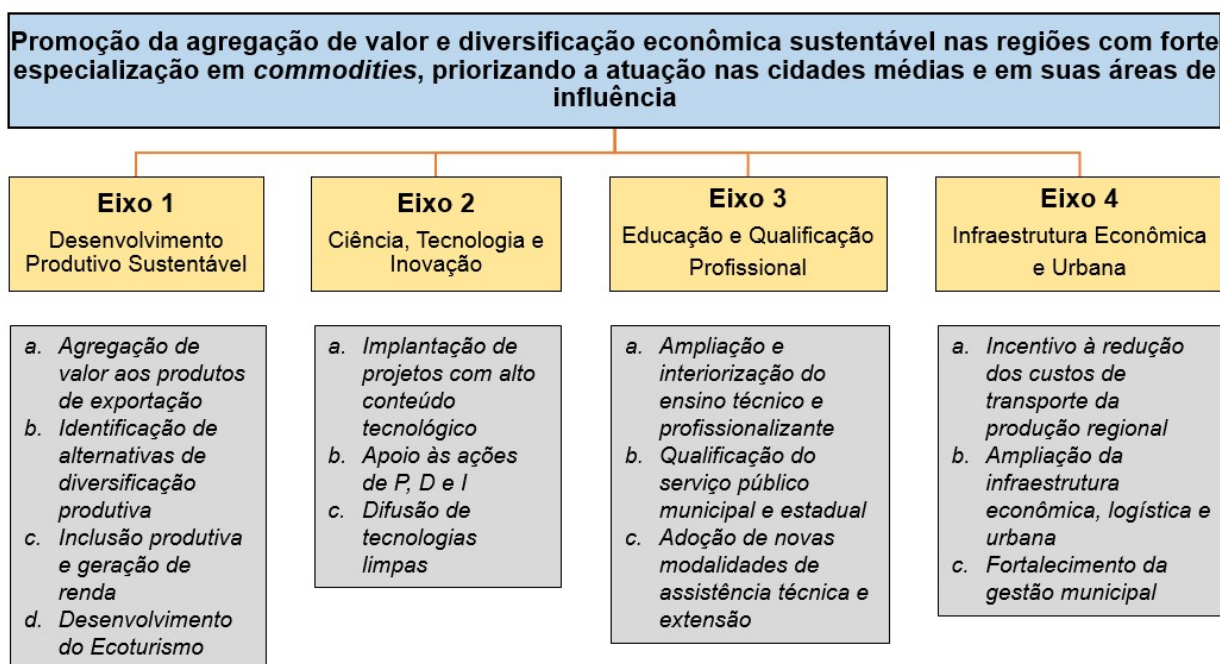
“Promoção da agregação de valor e diversificação econômica sustentável nas regiões com forte especialização em commodities, priorizando a atuação nas cidades médias e em suas áreas de influência”

Isso porque, como observado, o Centro-Oeste é um grande vetor econômico em escala nacional, cujo setor primário recebe forte destaque, notadamente em produção de grãos e pecuária de corte. A diversificação produtiva proposta almeja adensar cadeias produtivas desse setor, promovendo um efeito de espraiamento da desconcentração de renda e de queda da dependência do mercado externo de commodities, potencializando investimentos em ciência e tecnologia e inovação que poderão destacar ainda mais a economia regional, ao aliar os valores da sustentabilidade, do uso racional dos recursos hídricos e a proteção de áreas ambientalmente frágeis.

A priorização da atuação nas cidades médias da Região visa descentralizar e interiorizar o desenvolvimento, atualmente bastante polarizado pelas capitais e, especialmente, pelo eixo Brasília - Anápolis - Goiânia. Com isso, busca-se estimular o surgimento de centros preparados para ancorar a desconcentração produtiva, contribuindo para a diversificação e adensamento de novas atividades econômicas, além de melhorar o acesso da população à serviços públicos de qualidade, reduzindo a pressão sofrida pelos nos grandes centros urbanos regionais.

Em síntese, a aposta estratégica pode ser melhor representada conforme figura a seguir.

Figura 7 - Aposta Estratégica da Macrorregião Centro-Oeste (2019-2023)



Fonte: Sudeco, 2018.

A aposta estratégica, seus eixos setoriais de intervenção e ações prioritárias evidenciam algumas intencionalidades que devem estar esclarecidas. Nas cadeias do agronegócio estruturadas na Macrorregião, onde o País já é competitivo, trata-se não apenas de continuar investimento em aumento de produtividade, mas de se avançar cada vez mais na utilização de práticas sustentáveis, bem como na exploração do potencial de toda a cadeia produtiva, com base na diversificação e agregação de valor, o que passa a exigir fortes investimentos em inovação.

Com a pauta de exportações do Centro-Oeste voltada predominantemente para produção e exportação de commodities agropecuárias, a atividade sujeita-se às oscilações dos preços internacionais de produtos primários. Em termos monetários, nos anos de 2015 e 2016, mais de 80% das exportações do Centro-Oeste foram constituídas de produtos básicos e a maior parte está concentrada em produtos primários. Assim, a presença da região no mercado internacional e a concentração de suas exportações em bens de baixo valor agregado representam riscos à estabilidade econômica regional.

Nesse sentido, a montante destas cadeias colocam-se oportunidades para o desenvolvimento da indústria de máquinas e equipamentos próximos às regiões produtoras, bem como de capacidades locais em serviços técnicos especializados, especialmente em biotecnologia e tecnologias da informação aplicadas à atividade. A jusante abrem-se grandes oportunidades para empresas inovadoras focadas na diferenciação de produtos, incluindo produtos orgânicos, alimentos funcionais, biocombustíveis, novos produtos da sucroquímica, especialidades da soja e outras oleaginosas, com aplicações cosmeceúticas e farmacêuticas, como lécitinas, proteínas isoladas e tantas outras possibilidades que já começam a ser exploradas.

Prioridade especial, inclusive, pode ser dada à agricultura familiar voltada para a inclusão socioprodutiva e geração de renda. Segundo os resultados preliminares do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), a agricultura familiar tem um peso importante para a economia brasileira. É desnecessário discorrer profundamente sobre a importância social e econômica deste segmento e seu papel estratégico em um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Destaca-se apenas que, com um faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões, a agricultura familiar passa a ser a base de grande parte da economia dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Ela é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do País e por mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo.

Quando se soma a agricultura familiar com toda a produção agropecuária, o Brasil passa de oitavo maior para a quinta posição, com faturamento de US\$ 84,6 bilhões por ano (IBGE, 2017). Por esse motivo um destaque especial deve ser dado ao grande peso que este segmento tem no crescimento, especialmente nas sub-regiões estagnadas do Centro-Oeste. Uma maior articulação com o conjunto das atividades deste território, partindo de intensos esforços na difusão de novas tecnologias de gestão e produção apropriadas à realidade, pode abrir espaço para que este segmento venha cumprir um papel importante no aproveitamento das oportunidades e no desenvolvimento dessa Macrorregião. Afinal, o Centro-Oeste ainda apresenta considerável nível de pobreza, grande concentração de renda e deficiência na oferta de serviços sociais e urbanos. Tal situação pode constituir uma limitação competitiva, pelo menos para algumas atividades econômicas, como o turismo, que demanda um ambiente social mais equânime e um ambiente urbano minimamente estruturado.

Não se pode desconsiderar que os esforços tecnológicos necessários para desenvolver formas mais sustentáveis de produção podem promover círculos virtuosos de crescimento apoiados em inovações, como na exploração das energias renováveis, como a solar e o biocombustível, onde o Centro-Oeste dispõe de amplas vantagens competitivas. A opção pelo desenvolvimento preferencial desta produção pode certamente integrar as estratégias para redução das desigualdades regionais. Entretanto, os avanços necessários em termos da ampliação das capacidades produtiva e inovativa para a consolidação de setores com alto conteúdo tecnológico enfrentam ainda desafios de caráter estrutural.

É necessário que os investimentos em ciência e tecnologia sejam intensificados e que haja uma aproximação entre as instituições de pesquisa e o setor produtivo para que os resultados provenientes das pesquisas sejam apropriados e incorporados aos diversos setores. Nesse sentido, parcerias com Universidades, Institutos Federais e de pesquisa mostram-se estratégicas.

Além disso, é necessário que haja capital humano qualificado. A limitação da capacidade técnica e profissional se amplia quando se trata de novas atividades econômicas que permitem uma diversificação da estrutura produtiva, como o turismo, a indústria e os serviços avançados. O nível de escolaridade relativamente baixo (o número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade da Região foi 8,3 em 2015, de acordo com o IBGE), assim como a persistência de analfabetismo (taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de 5,7% em 2015, segundo o IBGE) constituem obstáculos a uma rápida qualificação do capital humano regional. Esse estrangulamento pode representar um impedimento à manutenção ou aumento da competitividade do Centro-Oeste, particularmente no tocante à diversificação e adensamento das cadeias produtivas, atualmente com alto nível de fragmentação.

Essa baixa integração do tecido produtivo e a baixa diversificação setorial, pontilhado de sub-regiões dinâmicas em função do agronegócio, constitui barreira que precisa ser vencida no curto prazo. Nas regiões de expansão da fronteira agrícola e mineral no Centro-Oeste, onde a densidade de ocupação é muito mais baixa, o crescimento populacional tem ocorrido em ritmo superior à média nacional, com a emergência de alguns poucos centros urbanos médios no interior acompanhando as áreas mais dinâmicas. Tal configuração espacial corrobora o aumento da desigualdade de renda intrarregional, visto que o capital produtivo e financeiro tende a se concentrar territorialmente nessas centralidades, provocando um paulatino esvaziamento das respectivas áreas de influência, com os pequenos municípios. Nesses casos, ações voltadas para o fortalecimento da gestão municipal podem contribuir para a redução da excessiva dependência desses municípios dos ativos presentes nas centralidades polarizadoras.

As novas cidades médias avançam no Centro-Oeste principalmente em Goiás, no centro norte e no Mato Grosso, mas sem infraestruturas suficientes e com frágil estrutura de serviços que garantam o cumprimento de seu papel como receptora e mantenedora de população, bem como difusora do dinamismo no interior para além das capitais. Outra barreira a ser vencida diz respeito à infraestrutura. A realização de investimentos em infraestruturas econômicas, incluindo logística, social e urbana é condição para a Região dar um salto em seu processo de desenvolvimento com base na diversificação produtiva e agregação de valor, atualmente com sub-regiões altamente especializadas.

Deve-se atentar para algumas particularidades regionais que precisam ser observadas na consecução dessa aposta estratégica. A existência de um amplo mercado consumidor polarizado por Brasília, que conta com renda populacional bem acima da média nacional, assim como o alto grau de instrução de sua população, representa um mercado consumidor em potencial. Somente a Área Metropolitana de Brasília (Codeplan, 2014) representou em 2014 um mercado de quatro milhões de pessoas, com renda disponível para consumo superior a R\$ 90 bilhões, e se considerarmos o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, este mercado ascende a 6,8 milhões de pessoas, com renda disponível para consumo de quase R\$ 140 bilhões, o 3º maior mercado do País, superado apenas pelas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.

Também se ressalta a importância do Turismo para a região Centro-Oeste. Na região, estão localizadas a Rota do Pantala, Chapada dos Veadeiros, a Terra Ronca e o segundo maior complexo de Caverna da América Latina, além de patrimônios brasileiros como as cidades de Pirenópolis e Goiás, cujos atrativos têm atraído mais e mais turistas em busca de entretenimento, cultura e turismo religioso.

A aposta estratégica desdobra-se em quatro eixos setoriais de intervenção, interdependentes e complementares entre si, que são aderentes aos eixos setoriais definidos na nova PNDR: (i) Desenvolvimento produtivo (sustentável); (ii) Ciência, Tecnologia e Inovação; (iii) Educação e qualificação profissional; e (iv) Infraestruturas econômica e urbana. Evidencia-se aí a opção por uma abordagem sistêmica na formulação e implementação da estratégia de desenvolvimento produtivo. A estruturação e o fortalecimento de arranjos e sistemas produtivos e inovativos com base local no Centro-Oeste devem estar articulados aos seus correspondentes nas demais escalas (regional, nacional e global) e ser orientado pela PNDR.

Em síntese, os eixos e suas ações prioritárias correspondentes serão a seguir apresentados:

Eixo 1 - Desenvolvimento Produtivo Sustentável – Tem como objetivo a promoção da diversificação econômica, considerando o conceito de desenvolvimento regional sustentável adotado pelo Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO), que articula o aumento da competitividade da economia, a elevação da qualidade de vida da população e a conservação ambiental. Este Eixo compreende três ações:

	AÇÃO	OBJETIVO
1.	AGREGAÇÃO DE VALOR AOS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	Gerar/promover oportunidades de agregação de valor com potencial econômico e investir em novas indústrias de beneficiamento.
2.	PROMOÇÃO DE ALTERNATIVAS PARA A DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA	Favorecer o investimento em produtos de alto valor agregado (fármacos, cosméticos); investir em novas cadeias produtivas (indústria da defesa, logística e equipamentos); buscar o adensamento das cadeias produtivas.
3.	INCLUSÃO PRODUTIVA E GERAÇÃO DE RENDA	Agregar valor aos sistemas e arranjos produtivos locais (Rotas de Integração: ecoturismo, agroecologia, agropecuária); incentivar o associativismo e o cooperativismo; e incentivar a regularização fundiária e fortalecimento da agricultura familiar.
4.	DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO	Os recursos naturais e as belezas cênicas regionais constituem grande potencial para a expansão do turismo e do ecoturismo. Propõe-se identificar novos polos, estruturar os polos existentes, garantir a acessibilidade, promoção e divulgação desses polos.

Eixo 2: Ciência, tecnologia e inovação - O desenvolvimento tecnológico é alicerce a ser observado para que a região consolide e amplie sua competitividade e, ao mesmo tempo, aprimore os processos de aproveitamento dos recursos naturais, além de desenvolver novos produtos e formas de utilização ambiental sustentáveis. Compreende três ações:

	AÇÃO	OBJETIVO
1.	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ALTO CONTEÚDO TECNOLÓGICO	Apoiar projetos em setores estratégicos (defesa, agropecuária, fármacos) e em laboratórios de análise da qualidade da produção (certificação e rastreabilidade).
2.	APOIO ÀS AÇÕES DE P, D & I	Firmar parcerias com universidades, institutos federais e empresas de pesquisas; incentivo a startups; aproximar as instituições de ensino e pesquisa do setor produtivo com a estruturação de parques tecnológicos
3.	DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS LIMPAS	Incentivar produção e utilização de energia solar, de biocombustíveis e da gerada nas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

Eixo 3: Educação e qualificação profissional - Tem por finalidade a qualificação do capital humano regional para ampliação da empregabilidade em novas atividades econômicas que permitam uma diversificação da estrutura produtiva, como o turismo, a indústria e os serviços avançados. Desdobra-se em três ações:

	AÇÃO	OBJETIVO
1.	AMPLIAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONALIZANTE	Promover a capacitação profissional associada à diversificação das cadeias produtivas estratégicas, por meio de parcerias com universidades, institutos federais, sistema “S”.
2.	PROMOÇÃO DE NOVAS MODALIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO	Apoio/promoção aos sistemas e arranjos produtivos locais (Rotas de Integração: ecoturismo, agroecologia, agropecuária) e novas atividades econômicas que permitam a diversificação produtiva, como o turismo, a indústria e os serviços avançados, por meio de parcerias com universidades e Institutos Federais (bolsistas de extensão) e o setor produtivo.
3.	QUALIFICAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E ESTADUAL	Promover o fortalecimento institucional de estados e municípios com ações de capacitação, por exemplo, em elaboração de projetos; firmar parcerias entre Sudeco, Enap, Esaf, governos estaduais e municípios.

Eixo 4: Infraestrutura econômica e urbana – Corresponde à integração inter e intrarregional. Compreende três ações:

	AÇÃO	OBJETIVO
1.	INCENTIVO À REDUÇÃO DOS CUSTOS DE TRANSPORTE DA PRODUÇÃO REGIONAL	Viabilizar a multimodalidade na logística regional, para facilitação do escoamento dos novos produtos regionais: por exemplo, construção da FICO (Ferrovia de Integração do Centro-Oeste); conclusão da Ferrovia Norte-Sul; conclusão da BR-163.
2.	AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ECONÔMICA, LOGÍSTICA E URBANA	Consolidar aviação regional, ampliar rodovias, ferrovias e hidrovias; infraestrutura de telecomunicações (internet, redes móveis); infraestrutura de armazenagem.
3.	FORTALECIMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL	Incentivo à formação de consórcios de municípios; infraestrutura de TICs; gestão de saneamento e resíduos sólidos; mobilidade urbana; integração intrarregional (rede de cidades).

4.4. UM PANORAMA SOBRE AS AGENDAS DE CONVERGÊNCIA EM CONSTRUÇÃO (2019-2023)

A agenda de convergência para as regiões alvo da política regional brasileira foi pensada para reunir as apostas de planejamento que visam a efetivação de uma trajetória de aproximação dos níveis de desenvolvimento das regiões em direção aos patamares médios nacionais. Dois eixos articuladores conformam esta agenda: de um lado, o eixo de *desenvolvimento social e qualidade de vida* e, de outro lado, o eixo de *desenvolvimento econômico e competitividade*. Os quadros 3 e 4 a seguir trazem as apostas apontadas como as mais relevantes por cada superintendência regional de desenvolvimento.

O eixo do *desenvolvimento social/qualidade de vida*. Alguns destaques das apostas macrorregionais merecem consideração. Houve uma escolha de priorização, simultaneamente pelas três regiões, do tema da “governança e gestão pública”. Este é, na verdade, o único tema em que as três superintendências fizeram simultânea menção de incorporação na estratégia de convergência regional. A preocupação revelada é da necessidade de melhoria no padrão prevalecente da gestão pública nas diversas esferas de governo. A baixa governança e a carência em mecanismos de gestão têm se constituído em impedimentos a realização dos objetivos de expansão da oferta de serviços públicos, fortalecimento do planejamento territorial integrado e articulação/cooperação federativa.

Outros temas citados nas agendas foram coincidentes para apenas duas das três regiões, mas não para as três. As regiões Norte e Nordeste fizeram fortes apostas nos temas de educação e saúde/saneamento, onde ainda existem déficits consideráveis destas regiões em relação ao restante do País. No tema da educação, vale destacar que uma ampliação necessária de recursos deve se orientar para simultaneamente a melhoria de indicadores básicos de cobertura da educação (como redução do analfabetismo e aumento do número de anos de escolarização) como a ampliação da educação profissionalizante e superior; ambas necessárias para a estratégia de reconversão produtiva com ampliação do valor agregado regional.

Quanto à saúde e saneamento, nota-se que sua necessidade visa a alterações em gargalos reconhecidos os quais de maneira continuada reduzem a qualidade de vida nas regiões envolvidas e promovem o desincentivo à instalação de novos empreendimentos privados necessários à ampliação da renda e do emprego.

Meio ambiente aparece como preocupação mais premente da região Norte e do Centro-Oeste. Em ambas, a ênfase numa estratégia qualificada pelo uso sustentável dos recursos naturais foi considerada muito relevante para ser alvo de políticas públicas. Na região Norte, por sua vasta extensão territorial e predomínio de biodiversidade de fauna e flora, os eixos da agenda de convergência se apoiam no objetivo mais amplo de promover a reconversão da base produtiva em direção a segmentos que utilizem a biodiversidade como ativo estratégico regional. Noutra perspectiva, a região Centro-Oeste, por conta do predomínio de uma pauta exportadora de commodities agrícolas, largamente baseada em soja, milho e outros grãos, colocou-se como objetivo de mudança estrutural a diversificação econômica em caráter de sustentabilidade ambiental.

A região Nordeste, por sua vez, teve como preocupação explícita – não citada pelas outras duas superintendências regionais – a questão da segurança pública relacionada com o combate

ao crime organizado e tráfico de drogas, segurança no meio rural e políticas de combate à violência contra a mulher.

Em termos de mobilização de elementos da agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Social (ODS) as três regiões reivindicam quinze dos dezessete objetivos-eixo articuladores de ações de políticas públicas. Nesse sentido, aproximam-se positivamente, em suas estratégias de desenvolvimento regional, das agendas nacionais em curso.

O eixo do desenvolvimento econômico/competitividade. Dentre os seis temas designados para esta parte da agenda dois deles foram mobilizados simultaneamente pelas três instituições de planejamento: o de infraestrutura e logística e o de CT&I. De um lado, as superintendências reconhecem a necessidade de melhorias nos níveis atuais de dotação e infraestruturas de transportes e comunicações (inclusive universalização da internet) como essenciais para a melhoria da qualidade de vida: apostam em integração de modais e de logística, e investem em cadeias produtivas de fontes renováveis e alternativas de energia.

De outro lado, revelam o entendimento de que uma nova base de CT&I é determinante para o estabelecimento um novo patamar de oportunidades de econômicas. Assinalam a consolidação de sistemas regionais de CT&I, a formação de parques industriais e de serviços tecnologicamente avançados e apostam no empreendedorismo de base tecnológica.

Na região Norte do País, para além das apostas comuns com as demais regiões, houve a preocupação com os temas de diversificação da matriz energética pelo estímulo aos investimentos em energias renováveis e limpas, ao mesmo tempo em que reconhecem que dada a enorme extensão de seu território tornar-se vital a expansão de acesso de energia nas áreas rurais. A preocupação com a existência e disponibilidade de mecanismos de crédito e financiamento foi devidamente citada. Seu objetivo é fazer constar como tarefas institucionais estratégicas, a busca permanente por instrumentos de financiamento públicos e privados para o conjunto das políticas envolvidas em cada aposta escolhida.

Na região Nordeste, destacam-se, neste eixo do desenvolvimento econômico, as apostas nos temas de educação e qualificação profissional, por meio de esforços simultâneos e concatenados da melhoria de indicadores da educação básica, da profissional e tecnológica e da superior. Toda a ênfase aqui está na relação da melhoria dos níveis de qualificação profissional necessária à mudança estrutural no perfil produtivo regional bem como no seu perfil territorial. Com uma escolha de fortalecimento da rede de cidades médias, a estratégia visa à potencialização das capacidades econômicas nos núcleos urbanos escolhidos para servirem de atores do desenvolvimento em rede.

Refletindo a recorrente restrição regional de recursos hídricos – mais acentuada no semiárido e menos nas áreas litorâneas e zona da mata – aponta-se a necessidade irrecorrível de promover ampliação da oferta hídrica regional visando ao abastecimento humano em áreas urbanas e rurais e ao uso para atividades produtivas requeridas pelo desenvolvimento econômico. Neste sentido, esforços mais efetivos junto a governos estaduais e municipais para o reconhecimento da importância de revitalização de bacias hidrográficas e melhoria dos padrões atuais de gestão de recursos hídricos.

Na região Centro-Oeste, o elemento temático de distinção foi a escolha da educação e qualificação profissional ao lado dos temas de infraestrutura e CT&I. A ideia apresentada é a de ampliação da agenda de interiorização deste tipo de educação necessária às crescentes demandas do mercado de trabalho regional, conjugada com o esforço da melhoria da qualidade

e oferta da educação profissional a ser requerida pelo objetivo de mudança da base econômica em torno a obtenção de maior valor agregado nas cadeias produtivas dos agronegócios.

Em tom conclusivo, aponta-se que a preocupação nas três regiões alvo da política regional brasileira, com seus patamares atuais de infraestrutura logística e de transportes. Nas três regiões este tema surge como eixo comum de atenção para intervenção de política públicas. Há em sentido amplo a preocupação com a superação de déficits atualmente existentes, ligados, principalmente, a rodovias, portos e ferrovias. Contudo, há outro tipo de reflexão que está mais ligada ao sentido estratégico que precisa ser dado ao desenvolvimento: a necessidade de mobilizar e construir infraestruturas de conhecimento e inovação (universidades, centros tecnológicos e infovias, etc.) para um novo modelo de desenvolvimento que pode ser lastreado na biodiversidade – como é o caso da região Norte – ou fundado na ampliação tecnológica e de valor agregado da base produtiva preexistente – caso do Centro-Oeste e Nordeste.

Ademais, para finalizar esta seção, assinala-se a existência de acentuado alinhamento das propostas regionais com as estratégias nacionais para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). As três regiões sinalizaram a mobilização, nos eixos da agenda de convergência, de nove dentre os objetivos planejados no planejamento nacional para tais indicadores. A implicação desta proximidade de esforços deve ser entendida pelo potencial revelado de inclusão de suas apostas nas estratégias e no planejamento federal em curso. De um lado, pode-se facilitar a interlocução com parceiros em ministérios federais com temáticas setoriais convergente, e de outro lado, pode-se criar sinergias e parcerias comuns de recursos orçamentários e de outras fontes, federais e subnacionais, para a efetivação da estratégia.

Quadro 3 - AGENDA DE CONVERGÊNCIA - Desenvolvimento Social/Qualidade de Vida

APOSTAS	
TEMAS	REGIÃO NORTE
EDUCAÇÃO	Qualificação técnica e profissional Estímulo à fixação dos profissionais de educação do campo Superação do déficit do sistema escolar (ensino básico)
SAÚDE E SANEAMENTO	Água potável de saneamento Controle de doenças tropicais/DST negligenciadas Redução do déficit nutricional (crianças e jovens) Estímulo à fixação dos profissionais de saúde no campo
MEIO AMBIENTE / GESTÃO AMBIENTAL	Zoneamento Ecológico-Econômico Ordenamento territorial Uso sustentável dos recursos naturais
GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICA	Articulação e cooperação entre os entes federal, estaduais, municipais e a sociedade (multidisciplinar) Planejamento territorial integrado e sistêmico
TEMAS	REGIÃO NORDESTE
EDUCAÇÃO	Erradicar o analfabetismo Ampliar e fortalecer a educação infantil e fundamental Ampliar a educação em tempo integral
SAÚDE E SANEAMENTO	Água potável de saneamento Controle de doenças tropicais/DST negligenciadas Redução do déficit nutricional (crianças e jovens) Estímulo à fixação dos profissionais de saúde no campo
SEGURANÇA	Segurança no meio rural Políticas afirmativas de combate à violência contra a mulher Fortalecer as políticas de combate ao crime organizado e tráfico de drogas e armas
GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICA	Melhoria da qualidade dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos e empresas Fortalecer as práticas de gestão Fomentar a capacitação de gestores e servidores públicos
TEMAS	REGIÃO CENTRO-OESTE
MEIO AMBIENTE / GESTÃO AMBIENTAL	Gestão integrada dos recursos hídricos Reestruturação e fortalecimento da gestão ambiental nos municípios Valorização e conservação do meio ambiente
GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICA	Melhoria da gestão pública Fortalecimento da organização da sociedade e da participação social
INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA	Ampliação e melhoria da infraestrutura social Cidadania e segurança pública, priorizando a gestão de fronteiras e RIDE-DF Estruturação de uma rede policêntrica de cidades, priorizando cidades médias e suas áreas de influência

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados com a agenda:



Quadro 4 - AGENDA DE CONVERGÊNCIA - Desenvolvimento Econômico/Competitividade

APOSTAS	
TEMAS	REGIÃO NORTE
ENERGIA	Geração e uso de energias limpas Expansão da rede de energia nas áreas rurais
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	Hidrovias, ferrovias, portos, aeroportos, telecomunicações e armazenagem Pavimentação e manutenção de rodovias Integração de modais
CT & I	Empreendedorismo com base tecnológica Incentivo a tecnologias sociais Sistema de CT&I desenvolvido e dinâmico
CRÉDITO E FINANCIAMENTO	Aperfeiçoamento das políticas de incentivos fiscais e financeiros Ampliação das políticas de crédito e financiamento alinhadas à PNDR
TEMAS	REGIÃO NORDESTE
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	Logística: integração intra e inter-regional Comunicação: universalização do acesso à internet de banda larga Ampliar a cadeia produtiva das fontes renováveis e alternativas na matriz energética
CT & I	Consolidar o sistema de inovação no NE, com o estímulo à atuação em rede das instituições de ensino e pesquisa (estaduais, municipais e federais) Fomentar a interação de pesquisa acadêmica com o setor produtivo (patentes, etc.) Fortalecer a pesquisa na área de energias renováveis, em escala industrial, com ênfase no adensamento da cadeia produtiva
EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Fortalecer a Educação Profissional Técnica e Tecnológica e os cursos profissionalizantes orientados à demanda da região Fortalecer o Ensino Superior orientado à demanda da região Melhorar os indicadores da Educação Básica (evasão, distorção idade-série, aprovação e reprovação)
TEMAS	REGIÃO CENTRO-OESTE
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	Ampliação da infraestrutura econômica, logística e urbana
CT & I	Inovação, desenvolvimento e difusão de tecnologia Formação de parque industrial e de serviços avançados
EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Desenvolvimento e melhoria da educação com foco na qualidade e interiorização
RECURSOS HÍDRICOS	Ampliação da oferta de água (complementação da transposição e suas adutoras) Melhoria da gestão dos recursos hídricos (custos da transposição) Estímulo ao reuso e captação de água nas áreas urbanas e rurais Revitalização de bacias hidrográficas

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados com a agenda:



Na região Norte do País, para além das apostas comuns com as demais regiões, houve a preocupação com os temas de diversificação da matriz energética pelo estímulo aos investimentos em energias renováveis e limpas, ao mesmo tempo em que reconhecem que dada a enorme extensão de seu território tornar-se vital a expansão de acesso de energia nas áreas rurais. A preocupação com a existência e disponibilidade de mecanismos de crédito e financiamento foi devidamente citada. Seu objetivo é fazer constar como tarefas institucionais estratégicas, a busca permanente por instrumentos de financiamento públicos e privados para o conjunto das políticas envolvidas em cada aposta escolhida.

Na região Nordeste, destacam-se, neste eixo do desenvolvimento econômico, as apostas nos temas de educação e qualificação profissional, por meio de esforços simultâneos e concatenados da melhoria de indicadores da educação básica, da profissional e tecnológica e da superior. Toda a ênfase aqui está na relação da melhoria dos níveis de qualificação profissional necessária à mudança estrutural no perfil produtivo regional bem como no seu perfil territorial. Com uma escolha de fortalecimento da rede de cidades médias, a estratégia visa à potencialização das capacidades econômicas nos núcleos urbanos escolhidos para servirem de ativadores do desenvolvimento em rede.

Refletindo a recorrente restrição regional de recursos hídricos – mais acentuada no semiárido e menos nas áreas litorâneas e zona da mata – aponta-se a necessidade irrecorrível de promover ampliação da oferta hídrica regional visando ao abastecimento humano em áreas urbanas e rurais e ao uso para atividades produtivas requeridas pelo desenvolvimento econômico. Neste sentido, esforços mais efetivos junto a governos estaduais e municipais para o reconhecimento da premência de revitalização de bacias hidrográficas e melhoria dos padrões atuais de gestão de recursos hídricos.

Na região Centro-Oeste, o elemento temático de distinção foi a escolha da educação e qualificação profissional ao lado dos temas de infraestrutura e CT&I. A ideia apresentada é a de ampliação da agenda de interiorização deste tipo de educação necessária às crescentes demandas do mercado de trabalho regional, conjugada com o esforço da melhoria da qualidade e oferta da educação profissional a ser requerida pelo objetivo de mudança da base econômica em torno a obtenção de maior valor agregado nas cadeias produtivas dos agronegócios.

Em tom conclusivo, aponta-se que a preocupação nas três regiões alvo da política regional brasileira, com seus patamares atuais de infraestrutura logística e de transportes. Nas três regiões este tema surge como eixo comum de atenção para intervenção de política públicas. Há em sentido amplo a preocupação com a superação de déficits atualmente existentes, ligados, principalmente, a rodovias, portos e ferrovias. Contudo, há outro tipo de reflexão que está mais ligada ao sentido estratégico que precisa ser dado ao desenvolvimento: a necessidade de mobilizar e construir infraestruturas de conhecimento e inovação (universidades, centros tecnológicos e infovias, etc.) para um novo modelo de desenvolvimento que pode ser lastreado na biodiversidade – como é o caso da região Norte – ou fundado na ampliação tecnológica e de valor agregado da base produtiva preexistente – caso do Centro-Oeste e Nordeste.

Ademais, para finalizar esta seção, assinala-se a existência de acentuado alinhamento das propostas regionais com as estratégias nacionais para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). As três regiões sinalizaram a mobilização, nos eixos da agenda de conve

rgência, de nove dentre os objetivos planejados no planejamento nacional para tais indicadores. A implicação desta proximidade de esforços deve ser entendida pelo potencial revelado de inclusão de suas apostas nas estratégias e no planejamento federal em curso. De um lado, pode-se facilitar a interlocução com parceiros em ministérios federais com temáticas setoriais convergente, e de outro lado, pode-se criar sinergias e parcerias comuns de recursos orçamentários e de outras fontes, federais e subnacionais, para a efetivação da estratégia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adriana Melo. et al. *Política regional brasileira: retrospectiva e novos rumos*. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, 2 (2), p. 107-132, 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional – documento de referência*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/web/cndr/publicacoes>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas por Tema*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 22 nov. 2018.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM. *Agendas estratégicas do Norte (mimeo)*. Belém, 2018.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE. *Agendas estratégicas do Nordeste (mimeo)*. Recife, 2018.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste-SUDECO. *Agendas estratégicas do Centro-Oeste (mimeo)*. Brasília, 2018.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (Codeplan). *Eixo Brasília – Anápolis – Goiânia: o Modelo de Desenvolvimento com Inclusão Social e o Eixo como Novo Vetor de Expansão*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Eixo-Brasilia-An%C3%A1polis-Goi%C3%A2nia.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2018.

SOUZA, Celina. *Coordenação de políticas públicas*. / Celina Souza. - Brasília: Enap, 2018. 72 p.